



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 39

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 16 de Março de 1994

Presidente: Deputado Madruga da Costa.

Secretários: Deputado Hélio Pombo e Gaspar da Rosa.

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15,00 horas.

Período de Antes da Ordem do Dia

Procedeu-se à leitura da correspondência entrada na Mesa da ALRA.

De seguida, discutiu-se e aprovou-se um Voto de Congratulação, emanado do Partido Social Democrata, pelo facto de ter sido atribuído ao Hospital de Angra do Heroísmo a denominação de "Hospital do Santo Espírito" ao mesmo tempo que se saúda os profissionais de saúde desta Região.

Sobre este Voto usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados:

Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Fonte (*PS*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*) e ainda a Sr^a. Deputada Fátima Oliveira que apresentou o referido Voto.

O Voto em apreço foi aprovado por maioria.

Posteriormente, passou-se ao Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante para a Região em que usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados

Francisco Sousa (*PS*), Gonçalo Botelho (*PSD*), Duarte Pires (*PS*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Artur Martins (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), António Gomes (*PS*), António Almeida (*PSD*), Dionísio de Sousa (*PS*) e Victor Cruz (*PSD*) e ainda os Srs. Secretários da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, *Gaspar da Silva* e do Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*).

Período da Ordem do Dia

Procedeu-se à apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Venda do Tabaco nas Provas Desportivas de Automobilismo", a qual foi aprovada por unanimidade quer na generalidade quer na especialidade.

Intervieram sobre este diploma os seguintes Srs. Deputados:

Rosa machado (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Fernando Fonte (*PS*) e Dionísio de Sousa (*PS*).

Em relação ao 2º ponto da ordem de trabalhos, ou seja uma Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Regulamento de Segurança Contra Incêndios em Estabelecimentos Comerciais", usou apenas da palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos (*PSD*), tendo sido a mesma aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

O ponto nº3 tratava-se também duma Proposta de Decreto Legislativo Regional, desta feita relativa à "Autorização da Instalação de Grandes Áreas de Superfícies Comerciais", tendo sido a mesma aprovada por unanimidade, mas apenas na generalidade, uma vez que se atingiu a hora regimental ficando assim a discussão, na especialidade, agendada para a Sessão do dia seguinte.

Sobre este diploma intervieram os seguintes Srs. Deputados:

Paulo Valadão (*PCP*), Manuel António Martins (*Indep.*), Mário Machado (*PS*), Victor Evaristo (*PSD*), António Almeida (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), e Silva Melo (*PS*), bem assim o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, *Gaspar da Silva*.

Os trabalhos terminaram às 20,20 horas.



Presidente: Srs. Deputados, agradeçia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Carlos Morais, Gaspar da Rosa, Gustavo Medeiros, Homem de Gouveia, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gomes, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Amaral, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - António Gomes, António Silva Melo, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Lisete Silveira, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; PCP - Paulo Valadão; CDS/PP - Alvarino Pinheiro; Deputado Indep - Manuel António Martins).

Presidente: Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos entrar no Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura do expediente entrado na Mesa.

Estão presentes à Sessão os Diários da ALRA n.º s. 35 e 37.

Secretário (*Hélio Pombo*): - Requerimento Do Sr. Deputado do CDS/Partido Popular Alvarino Pinheiro, que diz o seguinte:

"Considerando que na II série do Jornal Oficial n.º 32, de 28 de Dezembro de 1993, foi publicado um Aviso assinado no dia seguinte, a 29 de Dezembro de 1993, pelo Director de Serviços de Gestão e Apoio aos Serviços Externos, a abrir, por despacho do Director Regional dos Assuntos Culturais no dia anterior, 27 de Dezembro de 1993, concurso de habilitação de admissão ao estágio para ingresso na carreira técnica superior o que se destina ao preenchimento de uma vaga de Técnico Superior

de 2ª classe do quadro de pessoal do Museu de Angra do Heroísmo descongelada pela Resolução n.º 45/93 de 15 de Abril;

Considerando que já no Jornal Oficial, II série, n.º 35, de 31 de Agosto de 1993, foi nomeado um licenciado para frequência do estágio para o preenchimento de um lugar de Técnico Superior de 2ª classe do Quadro de Pessoal do Museu de Angra do Heroísmo:

Ao abrigo das disposições Estatutárias e Regimentais requero a V. Ex.ª que o Governo Regional com a devida urgência informe sobre:

- a) A data de 28 de Dezembro de 1993 quantos lugares de Técnico Superior existiam no quadro de Museu da Angra do Heroísmo?
- b) Quantos deles estavam preenchidos, nomes e categoria profissional dos respectivos titulares?
- c) Àquela data quantos técnicos frequentavam estágio para preenchimento de lugares de Técnico Superior do Quadro de Pessoal do Museu de Angra do Heroísmo?

Horta, Sala das Sessões, 11 de Março de 1994

O Deputado Regional, Alvarino Pinheiro".

- Do Sr. Deputado do PCP Paulo Valadão um requerimento do seguinte teor:

"Em 1/02/94 fizemos entrar o nosso requerimento n.º 12/94 no qual tratámos a importante questão da linha da TAP Lisboa-Horta-Lisboa.

Em 10/03/94 recebemos a resposta do Governo Regional, em ofício da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, assinado por um adjunto do respectivo titular e enviado a coberto do ofício da Secretaria Geral da Presidência do Governo, datado de 2/03/94.

Tudo isto estaria bem e seria caso para dizer ter havido celeridade na resposta às questões colocadas, se tivesse havido, de facto, resposta o que, evidentemente, não aconteceu.

O nosso requerimento n.º 12/94 continha 5 perguntas em relação às quais pensamos só ter havido resposta a uma delas, à 3.ª que foi colocada.

A seriedade do assunto, a necessidade de que há em saber qual é, de facto, a posição do Governo Regional sobre as questões colocadas, obriga-nos a invocar, uma vez

mais, as normas regimentais aplicáveis e requerer ao Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, resposta urgente para as questões seguintes:

1.º - Qual a posição do Governo Regional quanto à existência actual e futura da linha Lisboa-Horta-Lisboa assegurada pela TAP?

2.º - Que modelo defende o Governo Regional para as ligações Continente/Açores e vice-versa.

3.º - Considera ou não importante a existência de 3 linhas Continente/Açores?"

O Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão.

- Da Sr^a. Deputada do PSD Fátima Oliveira e do Sr. Deputado Manuel Amaral do PSD, um requerimento do seguinte teor:

"Considerando que no último ano foi construído um depósito para abastecimento de água à lavoura na freguesia de São Sebastião;

Considerando que o mesmo foi ali construído por aquela freguesia ser abundante em água, que se tornava necessário captar, obviando assim a que, nos períodos de seca, a lavoura local não fosse convenientemente abastecida;

Considerando que estaria inicialmente previsto o aproveitamento de água da ribeira que desemboca perto da área de construção;

Considerando que os responsáveis pela execução do depósito, não tiveram em consideração a necessidade da qualidade de água apropriada ao abastecimento do gado como condição necessária para um produto final de qualidade e que, por conseguinte, os lavradores locais se recusam a aceitar que o depósito seja abastecido pela água da ribeira, pelo elevado grau de poluição vária que ela comporta e pelos inerentes custos que a mesma poderá ter no produto final (leite);

Considerando que é possível e benéfico fazer o aproveitamento da água da fonte canalizando-a, para o referido depósito;

Considerando que são necessários apenas cerca de 500m de tubo e que a Câmara Municipal de Angra está disponível para fazer a execução da canalização logo que a tubagem lhe seja fornecida;

Considerando que o próximo Verão poderá não ser muito abundante em água e que um início **não imediato** das obras poderá trazer problemas de ruptura de

abastecimento de água à lavoura sebastianense, o que não se justifica a nenhum título;

Requer que, através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, nos sejam fornecidas as seguintes informações:

- Porque razão a elaboração do projecto de construção do tanque não foi acompanhada pelo respectivo estudo da qualidade da água a fornecer e sua proveniência bem como as possíveis alternativas?

Quando serão executadas as obras de canalização da água da Fonte e fornecida a tubagem necessária?

Qual o tempo necessário para a execução das obras de canalização?

Quais as medidas que, entretanto, vão ser tomadas para evitar a degradação do referido depósito?

Horta, Sala das Sessões, 15 de Março de 1994.

Os Deputados Regionais, Fátima Oliveira e Manuel Amaral.

Secretário (Gaspar da Rosa): Deu entrada uma Proposta de Resolução apresentada pelo Sr. Deputado do CDS/PP Alvarino Pinheiro, sobre o "Financiamento da Nova Igreja de St^a. Luzia", que vem acompanhada de requerimento do seguinte teor:

"Nos termos regimentais aplicáveis, o Deputado da Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular vem requerer o tratamento de urgência e dispensa de exame em Comissão à Proposta de Resolução sobre o "Financiamento da Construção da Nova Igreja de St^a. Luzia de Angra do Heroísmo.

Tal facto prende-se com a urgência em definir-se condições objectivas de financiamento a uma obra que está em curso e cuja primeira fase se encontra praticamente concluída.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Março de 1994

O Deputado Regional, Alvarino Pinheiro".

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim da leitura da correspondência.

Está presente na Mesa um Voto de Congratulação, apresentado por Deputados do Partido Social Democrata.

Pediria a um dos seus subscritores o favor de o apresentar.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Voto de Congratulação

- Considerando que os valores patrimoniais e históricos dos Açores constituem uma riqueza incalculável que é imperioso revalorizar e preservar na perenidade do tempo;
- Considerando que cada geração não é mais do que uma fiel depositária dos valores legados pelos nossos antanhos, sem prejuízo dos novos que ela constrói no seu presente;
- Considerando, pois, a dupla função de fiel depositária e de criadora de novos valores, cabe à nossa geração, criar e recriar os valores históricos culturais legados pelos que nos antecederam para os entregar, intactos, aos que nos sucederão na interminável e aliciante aventura da vida e da construção da história;
- Considerando que ocorreu a 15 do corrente mês de Março, a celebração dos 502 anos da fundação do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, designado, desde 1961, somente por Hospital de Angra do Heroísmo;
- Considerando que, como nos diz Gaspar Frutuoso, " Este Hospital era de grande e proveitoso refúgio de muitos enfermos e pobres da terra e de muitos mais pelos que do mar vêm de fora das muitas partes por ser este porto de Angra escala de todas as navegações dos povos cristãos;
- Considerando que o referido Hospital é, também, por isso mesmo valioso legado da Cidade Património Mundial que é, Angra do Heroísmo, indelevelmente ligada à gesta dos descobrimentos, como entreposto atlântico de escala das naus que demandaram a África, as Índias e Américas;
- A Assembleia Legislativa Regional, como Órgão máximo da Autonomia, conquista desta geração e já história a legar, com um olhar atento e clarividente sobre o passado e sua inter-ligação com o presente e o futuro, congratula-se com a resolução do Governo Regional já publicada no Jornal Oficial de 13 de Janeiro p.p. de Atribuir ao Hospital de Angra do Heroísmo, restaurando tradição antiga, a designação de "Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo".

Igualmente se congratula e saúda aquele Hospital, pela sua história quinhentista, prestando igualmente homenagem a todos os profissionais de saúde que, em

condições quantas vezes precárias, dedicaram todo o saber e entusiasmo à nobre tarefa de salvar vidas dignificando assim, pelo seu prestígio e qualidade, a medicina, a ilha Terceira e os Açores que, na história de Portugal, constituem inegavelmente, referência obrigatória e, quantas vezes, única da luta pela solidariedade, liberdade e sentido de Pátria, sintetizada na divisa inscrita no Brasão da Região e proclamada por Ciprião de Figueiredo "Antes morrer livres que em paz sujeitos"

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu vou começar por dizer que em relação ao Voto de Congratulação que aqui temos, vamo-nos abster.

Vou procurar justificar a razão deste voto.

Em primeiro lugar, concordamos que a Ilha Terceira, no contexto da nossa Região, tem uma importância fundamental e é referência obrigatória, como diz o Voto.

Estamos também de acordo quando se diz que tem havido da parte dos profissionais de saúde, nesse hospital e duma maneira geral em todos os hospitais e centros de saúde da Região, um esforço no sentido de porem os seus conhecimentos ao serviço das populações.

Concordamos também que o legado cultural hoje existente na Terceira ou em qualquer parte da nossa Região, deve ser preservado, deve ser acarinhado e melhorado se possível e acrescentado - estamos de acordo com isso tudo.

Porém, nós pensamos que estes aspectos embora sejam relevantes, sejam importantes e possam ser lembrados, não serão motivo para estarmos - como diz o próprio Voto - no principal órgão da nossa autonomia, a aprovar um voto de congratulação, por estes factos e pelo facto do Governo Regional ter atribuído o nome de "Santo Espírito" ao Hospital de Angra do Heroísmo.

Senão, amanhã, cada vez que for atribuído um nome a um centro de saúde, a um hospital, a uma rua, a uma travessa ou a um beco, vamos todos ter que apresentar aqui um voto de congratulação por esse facto.

Pensamos que é exagerado. Pensamos que aí sim, estamos também a contribuir para pôr em risco a própria dignidade deste órgão.

Efectivamente, se nós fizéssemos parte da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, aprovaríamos este Voto de Congratulação, e até iríamos intervir louvando a sua apresentação.

Aqui nesta Casa, só nos resta abster.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não fora o facto da Sr^a. Deputada Fátima Oliveira, numa das primeiras Sessões desta Legislatura nesta Casa, se ter insurgido dum forma empolgada, relativamente à forma como eram apresentados aqui alguns votos que no seu entender não tinham cabimento, nem mereciam honras de ser apresentados aqui, e eu nem teria pedido a palavra para intervir sobre este Voto.

Efectivamente, fi-lo porque queria ressaltar a contradição existente no discurso de V. Ex^a. e dizer que o Partido Socialista não tem uma visão tão restritiva dos votos, como V. Ex^a. uma vez aqui demonstrou.

Também concordamos que este Voto não tinha dignidade para aparecer nesta Assembleia. Ele teria perfeito cabimento na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, como foi aqui dito e muito bem. Mas, como o PSD não tem muitas ideias, não consegue apresentar nada.

O que me preocupa é que não tendo ideias para apresentar em Angra, venha apresentar no Plenário da Assembleia Regional.

De qualquer maneira, nós não temos nenhum "estrangulamento mental" nem de outra ordem relativamente a esta questão, portanto vamos apoiar sem mais comentários, este Voto.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Fátima Oliveira.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção quer as reflexões feitas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, quer as reflexões feitas pelo Sr. Deputado Fernando Fonte e, realmente, congratulo-me por aquilo que eu disse nesta Casa no início das sessões, tenha ficado tão bem retido na memória dos Srs. Deputados.

Só que, na realidade, ao apresentarmos este Voto, não nos referimos apenas ao aspecto da sua designação, mas também pretendemos manifestar, aqui, a nossa homenagem a todos aqueles que no passado contribuíram para engrandecer a medicina nos Açores, aqueles que no passado o fizeram em condições bastante precárias. E por isso, manifestamos a nossa satisfação por ter sido devolvido ao Hospital de Angra o seu antigo nome, que está estritamente ligado à História dos Açores.

Não é uma instituição qualquer. Não é uma instituição recente. É uma instituição que tem 502 anos de actividade e que talvez e certamente por lapso, esta Câmara não soube na altura, há 2 anos atrás, quando eu ainda aqui não estava, manifestar a sua solidariedade pela sua História Quinhentista que é algo que não se pode apagar da História dos Açores, bem como o seu contributo dado na gesta dos Descobrimentos e no apoio que prestou a toda a navegação que aqui demandou a estas terras.

Portanto, este voto não é feito numa visão municipalista. E eu não tenho qualquer preconceito contra as assembleias municipais e considero-as tão dignas quanto esta Casa, dentro do seu âmbito de competências.

Os Srs. Deputados que não quiserem associar-se, não me façam esse favor, pelo amor de Deus!

Temos gente suficiente para aprovar este Voto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós congratulamo-nos com os esclarecimentos introduzidos pela Sr^a. Deputada Fátima Oliveira sobre este Voto de Congratulação, porque veio-nos retirar qualquer dúvida sobre a hipótese de apresentarmos um voto de protesto. Ou seja, estávamos com dúvidas sobre se as condições quantas vezes precárias em que se trabalha no Hospital de Angra do Heroísmo, de facto, tinham a ver com o que se passa lá e com o que ouvimos muitas vezes, por parte de muitos profissionais e responsáveis que lá estão.

Mas ficámos tranquilos, porque parece que a ideia da Sr^a. Deputada e dos subscritores, não era fazer referências aqui às carências, às condições e aos atrasos de alguns investimentos relativamente àquela infraestrutura, mas sim, fazer referência àquilo que de positivo foi feito há 400, há 300, há 200 e há 150 anos.

Portanto, sob este ponto de vista, nós ficamos mais tranquilos.

Depois, queríamos também manifestar que estamos solidários com essa ideia, na medida em que quando há vários meses atrás, um historiador e ex-colega nosso, intelectual e exímio açoriano, o Dr. Álvaro Monjardino, julgo que no âmbito do Instituto Cultural dos Açores...

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): O Instituto Histórico da Ilha Terceira.

O Orador: Talvez. Mas podia ser do IAC, pois nós temos vários. Temos por onde escolher ainda, felizmente.

(Risos da Câmara)

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Foi o Instituto Açoriano de Cultura.

O Orador: Acho que foi nesse âmbito.

Mas também podia ter sido no âmbito do Instituto Histórico da Ilha Terceira, ou do Grupo de Amigos da Praia da Vitória...

(Risos da Câmara)

Podia, enfim, ser a vários níveis.

E teve o impacto regional que teve. Teve o impacto positivo na imprensa, que teve.

Eu, pessoalmente, solidarizei-me, imediatamente, com a ideia e achei-a muito oportuna e muito feliz.

Só por acaso é que não ocorreu aqui na Assembleia Regional uma proposta de recomendação para que o Governo Regional tomasse em conta a feliz sugestão do Dr. Álvaro Monjardino.

O Governo Regional tomou, efectivamente, em conta e fez aquilo que qualquer órgão de bom senso, o que não acontece a maior parte das vezes...

(Risos da bancada do PS)

... faz, relativamente a uma sugestão oportuna e correcta.

Por conseguinte, nós também nos congratulamos com o facto de ter sido dado o nome que era devido ao Hospital de Angra.

Partilhamos das observações que foram aqui feitas pelos meus ilustres antecessores, pois isso tem sido objecto de alguma apreciação nesta Câmara, ou seja, nem sempre os conteúdos correspondem ao âmbito que se pretende desta Assembleia.

E, efectivamente, também reconhecemos que há muito boa vontade e houve uma grande ampliação do impacto desta matéria, que bem ficaria subscrevê-la, no âmbito duma assembleia municipal - de Angra ou da Praia - no âmbito de ilha.

Seja como for, nós vamos dar o nosso voto favorável, que é óbvio e coerente. Mas não deixamos de alertar, mais uma vez, no conjunto da Assembleia de que fazemos parte, para a introdução dum crivo relativamente exigente, face às matérias que são trazidas ao âmbito do Plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar este Voto de Congratulação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Congratulação apresentado pelo PSD, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado com 27 votos favoráveis do PSD, 18 votos favoráveis do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel António Martins pede a palavra para?

Deputado Manuel António Martins (Indep.): Sr. Presidente, é só para dizer que na altura de votar eu estava a fazer um contacto e não me apercebi da votação que estava

a decorrer. Era só para referir que foi anunciado que o meu voto tinha sido a favor, quando pretendia ser contra.

Era só isto, mais nada.

Presidente: Sr. Deputado, tenho pena. Mas na altura da votação, estava sentado e contou-se como um voto favorável.

Passamos ao 3º ponto do Período de Antes da Ordem do Dia que se refere ao tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Botelho para uma intervenção.

Deputado Gonçalo Botelho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O trabalho, visto no seu duplo aspecto da realização pessoal e profissional e como factor de produção de riqueza, é algo que, só por si, justifica a maior atenção da sociedade, em geral, e, em especial daqueles que têm a incumbência de conduzir, de forma judiciosa, os destinos da colectividade.

Neste momento, temos presente as dificuldades que o mundo do trabalho atravessa e que são consequência de crise económica mundial.

Numa breve análise da situação do desemprego na R.A.A, constata-se que, no ano de 1993, houve um aumento efectivo de desempregados. Passou-se de uma taxa de desemprego de 4,39% em Janeiro de 1994 para uma taxa de 6,83% em Janeiro de 1991, que corresponde a cerca de 6.593 pessoas, inscritas nos três centros de emprego da Região, que procuram novo emprego e 1º emprego. Deste total o C.E.P.D. tem inscritos 52% dos trabalhadores à procura de Emprego; o C.E.A.H 34% e o C.E.H. 14%. Se se comparar este desemprego por categoria e sexos, verifica-se que o número daqueles que procuram um novo emprego é mais do triplo do que aqueles que procuram o 1º emprego e que, por outro lado, o desemprego em qualquer das categorias referidas, atinge um maior grau no sexo feminino.

Neste aspecto particular, a disparidade é maior na categoria dos que procuram o 1º emprego (250 homens para 1167 mulheres, valor de Dezembro 1993).

De outro passo, se analisarmos o desemprego registado, por profissões e sexos, damos conta que o grupo mais penalizado no sexo masculino, é o dos chamados

"trabalhadores indiferenciados e o do "pessoal administrativo", que são responsáveis por 25% e 14% dos trabalhadores desempregados, respectivamente.

No sexo feminino, contudo, é o pessoal dos Serviços de Protecção e Segurança, Serviços Pessoais e Domésticos que ocupa o 1º lugar com 29%, seguindo-se o pessoal administrativo com 26%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Para melhor podermos ajuizar o fenómeno do desemprego na R.A.A., há que fazer também uma análise à evolução da População Activa, de 1992 para 1993. Assim temos:

No 1º trimestre de 1992 havia 93.700 - 1º trimestre de 1993 - 94.200, o que se verifica a um aumento de 500.

No 2º trimestre de 1992 - 93.000, comparando com 93 passa de 93.000 para 96.100 o que corresponde a um aumento de 3.100.

No 3º trimestre de 92 - 94.800 e no 3.º trimestre de 93 - 96.300, o que corresponde a um aumento de 1.500.

No 4.º trimestre de 92 - 95.700 e no 4.º trimestre de 93 - 96.500, o que corresponde a um aumento de 800.

Daqui se poderá concluir, que em 1993 houve um crescimento da População Activa, tendo em conta que foi um ano de crise de emprego e desemprego, salientando-se o 2º e 3º trimestre de 1993 com aumentos na ordem de 3.33% e 1,58% respectivamente. O crescimento que se verificou foi em grande parte originado pelos Programas de Criação de Emprego, que o Governo Regional implementou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Governo Regional tem vindo a seguir, atento e activamente as necessidades que ocorrem, nesta Região no domínio do emprego e do desemprego. Para além do Governo, o Conselho Regional da Concertação Social, órgão próprio para discutir a problemática do emprego e desemprego, tem estado empenhado em criar esquemas e medidas adequadas, com vista a combater e a amenizar o impacto social do desemprego.

Das medidas que venham a surgir para apoio ao desemprego, queria recomendar algumas que terão de ser, certamente, objecto de particular atenção do Governo

Regional e que são as destinadas às mulheres desempregadas, aos jovens à procura do 1º emprego, sem descurar, porém, aqueles que já se encontram numa faixa etária mais avançada, mormente na casa dos 40 e mais anos, em que as oportunidades de novo emprego vão sendo cada vez menores.

Vem a propósito lembrar os muitos recentes desempregados, em especial na Ilha de São Miguel, colocados nesta situação em consequência de medidas de reestruturação ou reconversão verificadas nas respectivas empresas.

Termino a minha intervenção lançando um apelo a todos: Governo, empresas públicas e privadas e ao povo dos Açores, em geral. Vamos consciencializar-nos todos de que o Emprego é um factor que influencia decisivamente a vida das pessoas.

Vamos todos procurar soluções para que continue a ser bom vivermos nos Açores.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Sousa pede a palavra para?

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, é para pedir esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Gonçalo Botelho:

V. Ex^a. diz a determinada altura da sua intervenção que teve em atenção o crescimento da população activa em 1993.

Gostaria de perguntar-lhe, perante isto, se de facto a população activa em 1993 cresceu derivado à emigração e mortes, diminuindo, naturalmente, o planeamento familiar? Ou se tem a ver com o facto de, sobretudo (permitam-me que diga isto) o sector feminino começar a inscrever-se nos centros de emprego, para colocação no mundo do trabalho, tendo em atenção as restrições que se verificaram no ano de 93 na construção civil?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Botelho.

Deputado Gonçalo Botelho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A população activa nos Açores, no 4^o trimestre, cresceu efectivamente em 800 pessoas, versus 1992.

Penso que este crescimento foi derivado, conforme já referi, em parte não toda, a medidas de implementação de emprego que aqui frisei.

Quanto à parte da emigração, não tenho elementos que me permitam responder se foi derivado a isso ou não.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para mais esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Gonçalo Botelho:

Os sensos de 91 vieram demonstrar que a população dos Açores diminuiu entre 81 e 91.

Tendo diminuido a sua população, pergunto-lhe se, de facto, a população activa, em condições de entrar para o mundo laboral, se deve ou não ao facto de as mulheres passarem a entrar nos sensos do mundo laboral, coisa que até aqui não existia, ou seja, até 81 não existia?

E não ao facto de haver um aumento efectivo da população.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Botelho para dar esclarecimentos.

Deputado Gonçalo Botelho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O aumento de população efectivo a que me referi, foi na área laboral, população trabalhadora.

Portanto, penso que este aumento e pelos elementos de que disponho, apenas se verificou em alguma parte - continuo a frisar - mesmo no sector feminino foi derivado aos programas implementados para o emprego.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia

(Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de precisar uma pequena questão, em função do que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa levantou.

Efectivamente, conforme o Sr. Deputado sabe, a população total tem diminuído. Contudo, sabe-se que a população activa tem aumentado extraordinariamente.

Ao longo de 1993 ela aumentou na ordem dos 2,4 %, tanto como cerca de 2300 pessoas; ao longo de 1993 a emigração decresceu em cerca de 31%; em 1992 tivemos uma emigração de 919 pessoas e em 1993 diminuiu para 628 pessoas, o que dá cerca de 31%.

Para além disso, a população activa aumentou essencialmente no sector feminino. Este sector tem metade da população activa do masculino, o Sr. Deputado sabe disso muito bem.

Analisando toda essa questão, verifica-se que há também um fenómeno de natureza sociológica. Pois, hoje as condições de vida implicam a que tanto as mulheres como os homens tenham as mesmas aspirações para ingressar no mundo do trabalho.

É óbvio que a afluência aos centros de emprego tem sido numa certa forma preponderante no sector feminino. Isto é conhecido e todos os indicadores apontam nesse sentido. E sabe-se que tudo isso tem uma influência bastante grande também nos nossos indicadores de emprego.

Finalmente, gostaria de informar-lhe que a incidência da população activa no aumento da taxa do desemprego, nós que em Janeiro de 92 tínhamos uma população activa de 93.700 pessoas, comparando 92 com 93, há um aumento da população para 94.200 pessoas, o que dá um aumento de 0,79%. A taxa de desemprego entre Janeiro de 92 e Janeiro de 93, a alteração é da ordem de 0,53% a mais.

Extrapolando essa questão para 93/94, nós que em Janeiro de 93 tínhamos 94.200 pessoas, ou seja, 4,39% de desemprego, agora em Janeiro de 94 tínhamos uma população activa de 96.500 pessoas, o que dá um aumento de 2.44%.

Também a diferença de desemprego entre Janeiro de 93 e Janeiro de 94, é rigorosamente, 2.44%.

Isto só para demonstrar que de alguma forma também os nossos indicadores de desemprego, para além de toda a situação que é do conhecimento de todos nós, têm sido extraordinariamente afectados pelo aumento da população activa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para mais esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A primeira correcção é que eu prezo muito o nome do meu primo Dionísio, mas eu chamo-me Francisco.

Em segundo lugar, gostaria de dizer-lhe que me congratulo pelo facto de, finalmente, V. Ex^a. vir aqui dizer que o aumento da população activa se verifica pela inscrição nos centros de emprego, de pessoas que até há uns anos atrás não iam lá. E essa é, de facto, a única questão que eu registo, pois felizmente na Região Autónoma dos Açores, as pessoas começam a ir inscrever-se nos centros de emprego.

E é por isso que esses valores que V. Ex^a acabou de indicar, têm os valores que têm. Porque as pessoas já vão aos centros de emprego, quando sabe perfeitamente que há uns anos atrás, as pessoas nunca iam lá. E, portanto, é por isso que esses valores são assim e não doutra forma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude para dar mais esclarecimentos.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para, de alguma forma, complementar o que o Sr. Deputado Francisco Sousa - e peço desculpa se há pouco chamei-lhe Dionísio de Sousa - disse.

De facto, tem-se vindo a verificar isso. Esse também é um dos objectivos do Governo e isso surge também um pouco, na sequência da evolução que se nota, cada vez mais no sector feminino que pretende ingressar no mundo do trabalho e, obviamente, procuram os centros de emprego.

Mas devo dizer-lhe que inclusivamente esse fenómeno está a verificar-se agora numa forma mais acentuada, porque nós criámos um programa recente, denominado

"MEFE", em que um dos objectivos do próprio programa foi que os abrangidos pelo mesmo estivessem obrigatoriamente nos centros de emprego e foi por isso, que sobretudo a partir de Janeiro, os três centros de emprego registaram uma procura praticamente do triplo, em relação ao que vinha sendo habitual. Isso para além das colocações que daí surgem, que também obriga a que os registos dos centros de emprego sejam mais consentâneos com a realidade.

De qualquer modo, os indicadores que temos neste momento, apontam para o facto de que podemos considerá-los muito próximos da realidade.

Repare-se que quando nós dizemos que temos uma taxa de desemprego, e refiro-me concretamente a Janeiro que era de 6.8% e agora em Fevereiro já decresceu, isto é, já estamos em 6.6% (cerca de 200 trabalhadores), quando nós dizemos isso, se formos contrapor esses elementos com os que normalmente são publicados pelos SREI, que são com base em inquéritos cuja metodologia V. Ex^a conhece, os nossos indicadores situam-se a um nível mais alto, precisamente porque traduzem no terreno, mais agora do que nunca, o que é a realidade do trabalho na nossa Região.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Base das Lajes, foi sem sombra de dúvida a maior fonte de receita para a Região Autónoma dos Açores no passado recente.

Até 1991, a utilização pelos E.U.A. das infra-estruturas daquela unidade militar, geraram para os cofres da Região Autónoma dos Açores, receitas vultuosas - cerca de quatrocentos milhões de dólares - que a preços correntes (150\$/dólar) renderiam cerca de sessenta milhões de contos, investidos ou esbanjados em despesas correntes pelo Governo Regional, sem que a Ilha Terceira e o Concelho em que se situa precisamente a Base das Lajes, tenham visto claramente benefício directo desses montantes.

A justa luta da Praia da Vitória pela compensação a que tinha e tem direito, pelo facto da Base das Lajes se situar no seu Concelho, é de todos conhecida e assenta precisamente nos mesmos fundamentos utilizados e bem pela Região Autónoma dos Açores em relação ao País.

Os benefícios conseguidos pela Ilha Terceira e especialmente pela Praia, foram sempre poucos.

Mesmo esses poucos, foram retirados por votação desta Assembleia em 11 Dezembro 92 e 24 Março 93, onde por proposta do Governo a maioria do PSD revogou o Decreto Legislativo Regional nº 3/92/A, que retirou às Câmaras Municipais da Praia da Vitória e Santa Cruz das Flores, qualquer tipo de compensação, uma vez que da mesma proposta Governamental constava a revogação do Decreto Legislativo Regional nº 3/86/A, que seria reprimado e ficaria atribuindo os parques dinheiros que aquelas autarquias recebiam, devido a regulamentação governamental, que não pela letra nem pelo espírito da Lei, como compensação do imposto sobre veículos não cobrado a cidadãos estrangeiros, por força de acordos internacionais.

Embora a circulação de veículos estrangeiros continue nas suas estradas, nem essa pequena compensação escapou.

Continua também o Governo Regional dos Açores sem cumprir a Resolução desta Assembleia votada em 4 Julho 93, proposta pelo C.D.S. que visava obrigar o Governo Regional dos Açores a repor a legalidade mínima, que qualquer Governo que se preze deve respeitar, que é o de cumprir e fazer cumprir as disposições legais em vigor.

Assim, os diplomas revogados por esta Assembleia em 24 Março 93, vigoraram até à data da sua publicação, portanto o Governo Regional é devedor das importâncias correspondentes aos Municípios da Praia da Vitória e Santa Cruz das Flores, obrigação que ainda não cumpriu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os encargos dos Municípios em função de acordos Internacionais, sofreram alteração em relação a Santa Cruz das Flores, mas em relação á Praia da Vitória mantêm-se.

As suas melhores nascentes continuam abastecendo a Base e obrigam ao investimento alternativo em sistemas de bombagem e a suportar o custo do respectivo funcionamento.

Continuam por receber nos cofres da Autarquia as taxas Camarárias que foram pelo Governo isentadas a cidadãos estrangeiros.

Continua aquele Município sem receber a Contribuição Autárquica devida pelas construções existentes no perímetro da referida Base.

Continuam os nossos agricultores a suportar os prejuízos causados pela praga do Escaravelho Japonês introduzida pelos Norte-Americanos.

Continua a poluição sonora e o risco a que estamos permanentemente sujeitos, etc. etc.

Só as compensações acabaram...

Será que acabaram mesmo?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos que decorrem actualmente negociações entre Portugal e os Estados Unidos da América sobre a utilização das Lajes.

Todos sabemos também que o Governo Regional está representado nessas negociações.

às vezes e por aquilo que julgo saber o termo negociação não se aplica muito bem aquilo que nos querem impor.

Mas isso é uma história tão antiga como a coacção diplomática exercida por Roosevelt sobre Salazar, que deu origem à presença Norte Americana nas Lajes, ou menos antiga mas algo semelhante à "permissividade" de Marcelo Caetano quando tomou "conhecimento" da ponte aérea já iniciada para o Médio Oriente na Guerra dos seis dias.

As negociações das Lajes decorrem em altura difícil para o nosso País, não só pelo que atrás foi dito, mas também porque "diluída a tensão entre as superpotências, os cenários de intervenção na Europa tendem, aparentemente a desvalorizar-se", conforme nos querem fazer crer, muito embora ninguém acredite em tal desvalorização como o provou a crise do Golfo ou como o poderá provar qualquer agudizar do conflito no Médio Oriente ou outros que porventura possam surgir na Europa.

O que parece efectivamente orientar a política Norte-Americana, é a negação pura e simples de compensações financeiras, baseados no facto de termos aderido à CEE - o clube dos ricos como lhes chamam - que os faz alterar o estatuto que nos atribuía

do ponto de vista do seu exclusivo interesse, uma vez que mantêm no resto, todos os vícios no relacionamento com o nosso País e com as Comunidades, onde se inserem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ninguém pretende pôr em causa a nossa condição de aliados dos Estados Unidos, mas conforme escreveu Mário Mesquita, "o exercício da soberania não se exprime apenas pelo afrontamento dos inimigos, mas também, e mais frequentemente, através das relações com os aliados".

Fazemos votos para que a delegação portuguesa consiga uma boa negociação para o nosso País e para a Região Autónoma dos Açores em particular, mas daqui queremos lembrar que não esqueçam as necessidades e os direitos do Município que acolhe os Norte Americanos.

Nas novas formas de cooperação directa não se poderá nunca esquecer formas que substituam as compensações revogadas por esta Assembleia, por Proposta do Governo, como nunca se poderá deixar de negociar de acordo com a Autarquia Praiense solução para o problema dos Bairros de Lata da Serra de Santiago e Amoreiras, ou para diversos problemas de negativo impacte ambiental e de agressão pura e simples do nosso ambiente como é exemplo elucidativo os esgotos da Base, entre outros, ou ainda com as duas Autarquias em conjunto, solução e financiamento para o tratamento e destino final dos resíduos sólidos.

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma intervenção.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito para felicitar e congratular-me com a intervenção acabada de referir pelo Sr. Deputado Duarte Pires.

Traduz, efectivamente, um conjunto de questões que tem sido sistematicamente levantado nesta Câmara, por ele próprio, por mim e por outros Srs. Deputados. Problemas esses que, infelizmente, continuam por resolver.

A esse respeito - permitam-me - uma vez que eu tinha aqui um voto de protesto, que decidi estrategicamente não apresentar hoje (e errei em não fazê-lo, eu também erro, não é só o Governo que erra), mas ainda bem que não o apresentei. De modo que vou aproveitar para fazer a entrega à Mesa do referido voto, para que nenhuma mente menos sã imagine que se trata de plágio...

(Risos da bancada do PS)

...em que na parte final - só para que se preparem para amanhã - diz que "ao abrigo das disposições regimentais a Assembleia Legislativa Regional lamenta e expressa o seu protesto, pelo facto do Governo Regional, passados 9 meses, não ter tido em consideração a Resolução n.º 6/93/A, de 4 de Junho, ao mesmo tempo que renova o seu apelo para que o Governo Regional cumpra, imediatamente, com o estabelecido no D.L.R.. n.º 3/93/A, de 11 de Fevereiro, no âmbito previsto e até à data da sua revogação".

Julgo que isto vai dar 24 horas aos nossos amigos do Grupo Parlamentar do PSD para se prepararem para essa matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A questão fundamental que me traz aqui, é delicada e resulta de uma leitura do Jornal Oficial da Região em que, nomeadamente, observando uma Portaria da Secretaria Regional do Turismo, verifiquei que ela estava datada de 28 de Dezembro de 1993 e assinada pelo Sr. Secretário Regional com sede aqui na Horta. Curiosamente verifiquei que ela estava publicada no Jornal Oficial, II Série, n.º 52, de 28 de Dezembro de 93.

O facto de uma Portaria assinada na Horta a 28 de Dezembro de 93 sair no Jornal Oficial nesse mesmo dia, e congratulei-me porque fiquei convencido que de facto o Governo Regional tinha conseguido aquilo que nós nunca acreditámos e tinha, efectivamente, uma eficiência impensável, continuando a observar o mesmo jornal constatei situações, essas sim, pouco abonatórias para o Governo, para a Região e para esta Assembleia.

Cabe à Assembleia Legislativa Regional, no âmbito da sua acção de fiscalização do Governo Regional, zelar pelo cumprimento da legalidade e garantir consequentemente a validade dos actos governativos;

Acontece que no Jornal Oficial, II Série n.º 52, 2.º suplemento, de 28 de Dezembro, foi publicado uma Portaria despachada pela Presidência do Governo Regional no dia seguinte, nomeadamente uma Portaria do Subsecretário Regional da Comunicação Social, de 29 de Dezembro de 1993, vem publicado no Jornal Oficial do dia 28 de Dezembro em que foi concedido um subsídio de 6.400.000\$00 ao Centro Regional dos Açores da Radiotelevisão Portuguesa, para aquisição de um conjunto de equipamento Sony Betacam BVM 75. Aliás a própria Portaria está assinada também a 29 de Dezembro de 1993 pelo Adjunto daquele Subsecretário Regional;

No mesmo Jornal Oficial, de 28 de Dezembro de 1993 vem publicado um Despacho do Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia de 30 de Dezembro de 1993 destinado a compartilhar despesas das empresas Valdemar de Lima Oliveira e Lacticínios Loreto SA, com transportes de produtos para o Estrangeiro. Neste caso o despacho é assinado por um Director Regional também com data de 30 de Dezembro de 1993;

Considerando ainda o mesmo Jornal Oficial de 28 de Dezembro aparecem um conjunto de Avisos, Despachos e Portarias da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, museu de Angra do Heroísmo e Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social assinados com datas que vão de 29 a 30 de Dezembro de 1993. Tenho vários jornais que demonstram esses casos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Além da gravidade das ilegalidades cometidas e da nulidade da validade daqueles actos administrativos, tal prática põe em causa a imagem, o bom nome e rigor dos Órgãos de Governo próprio da Região.

Assim, a Representação Parlamentar do CDS/PP, não pode deixar de apresentar ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional um requerimento em que a Comissão Parlamentar de Organização e Legislação, com a urgência possível, se debruce sobre esta insólita, aberrante e ilegal actuação do Governo Regional e que retire daí todas as consequências sobre as mencionadas ilegalidades, nomeadamente

quanto às exigências legais de anulação daqueles actos e reparação voluntária dos mesmos.

Em síntese, julgamos que será no mínimo e o primeiro passo a desencadear por este Parlamento sobre matéria tão delicada. É que infelizmente não há nenhum órgão, e nós que nos queixamos de alguns órgãos que fiscalizam os órgãos de Governo próprio, que nessa matéria cuja fiscalização cabe ao Parlamento Açoriano, comete-se imprudências por parte do Governo e irresponsabilidades desta natureza. Irresponsabilidades essas que, infelizmente afectam os interesses de terceiros.

E pela nossa parte, queremos aqui deixar claro que estamos perfeitamente solidários com aqueles que eventualmente possam ser vítimas ou ter prejuízos de situações como estas. Agora o que não podemos é, pelo facto de haver eventuais terceiros prejudicados, deixar passar em claro ilegalidades dessa natureza e estamos convencidos que este Parlamento, também de acordo com as competências que lhe estão incumbidas - fiscalização dos actos do Governo - não permitirá que tal lhe aconteça.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Recentemente a SATA informava a opinião pública, com pompa e circunstância, que agora teríamos na época baixa 25% de descontos nas viagens de fim de semana inter-ilhas. Lógico seria que numa Ilha com as características das Flores, também houvesse incentivos no sentido de ser mais visitada aos fins de semana na época baixa, porque num dos extremos do arquipélago, com belezas naturais apreciáveis, com alguns outros atractivos turísticos, onde os investidores privados puseram à disposição dos utentes uma oferta apreciável, quer no número de camas disponíveis, quer no número e qualidade de restaurantes hoje existentes. Por outro lado, naquela Ilha ainda mais do que em qualquer outra, a diminuição do afluxo turístico durante o Inverno é acentuado.

No entanto, as nossas expectativas ficaram goradas, na medida em que a SATA excluiu as Flores dessa benesse; aliás as Ilhas Flores e Corvo são as únicas onde não se poderá praticar esse tarifário.

Desde já lavramos o nosso mais veemente protesto pelo facto da Ilha das Flores não ser contemplada com esse desconto nas passagens, ao fim de semana e na época baixa. Naturalmente que o Governo Regional e os responsáveis da SATA, continuando a insistir que o aeroporto das Flores pode estar encerrado aos sábados e domingos, não atenderam aos interesses da Ilha, no seu desenvolvimento e na satisfação das expectativas legítimas dos investidores que apostaram no seu desenvolvimento turístico. Ou até, determinam, assim, um desenvolvimento desigual, porque o desenvolvimento harmónico de todas as parcelas da Região, é algo para figurar no papel, mas na prática tudo é feito em sentido contrário - factos como este são perfeitamente demonstrativos do que acabamos de afirmar

Efectivamente para que no sector turístico, os fluxos para as Flores aumentassem, seria absolutamente necessário que o aeroporto daquela Ilha estivesse a funcionar aos sábados e domingos; para isso a SATA e o Governo Regional teriam de impor à ANA, EP aquela abertura. O que é possível, se o Governo Regional, de facto, olhasse com realismo para aquela Ilha.

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente)

O Orador: É a realidade Sr. Secretário, era a obrigação do Governo que o Sr. está aí a representar. Exigir a abertura ...mas já lá vamos.

Os trabalhadores do aeroporto das Flores, e já vai receber a resposta através do sindicato que representa a grande maioria deles, propuseram à ANA, EP a abertura do aeroporto ao fim de semana, sem que isso aumentasse as despesas com o funcionamento do aeroporto; a ANA EP porém não aceitou a proposta em causa e note-se a razão evocada pela ANA-EP "**por não se enquadrar nos objectivos que aquela empresa definiu para o Aeroporto das Flores**", conforme foi informado o Sindicato e os trabalhadores do Aeroporto das Flores; ou seja, quem hoje define a política aérea, no que diz respeito ao Aeroporto das Flores é a ANA, EP; e, o Governo Regional, passivamente, aceita e cumpre. Revoltámo-nos contra este estado de coisas e, temos a certeza, o nosso sentimento é comum a todos os florentinos esclarecidos, por isso, considerámos que a SATA e o Governo Regional têm o dever

de exigir a abertura do Aeroporto das Flores ao fim de semana, porque assim o exige o desenvolvimento da Ilha.

Outro aspecto da responsabilidade do Governo Regional é a possibilidade das aeronaves se poderem abastecer de combustível; isso iria permitir que os aviões da SATA pudessem partir para aquela Ilha com menos combustível do que hoje o fazem, o que seria benéfico para aquela Empresa; temos também conhecimento que operadores particulares de aviação ligeira têm manifestado o desejo de se servirem das Flores para escalas técnicas, logo que se pudessem abastecer de combustível; sabemos que existem empresas fornecedoras de combustíveis interessados naquele tipo de fornecimento. Não compreendemos porque razão o Governo Regional não acciona os mecanismos necessários no sentido de efectivamente existir, no Aeroporto das Flores, fornecimento de combustíveis a aeronaves.

Com o prolongamento da pista do aeroporto foi desactivada uma rádio-ajuda, por ser necessário destruir o local onde estava instalada, no topo Sul da pista. Acontece que na altura essa rádio-ajuda tinha ficado para ser instalada noutra local; hoje continua a não estar instalada. Na medida que o prolongamento da pista foi da responsabilidade do Governo Regional, não será de fazer esforços no sentido de ser garantido a instalação da rádio-ajuda que faltava?

Aqueles que fora das Flores admitem que o aeroporto possa ter condições técnicas diferentes, afirmavam que, para já, era desnecessário o sistema de comunicações que o aeroporto possuía, e em favor das suas teses, referiam-se ao sistema de telecomunicações da responsabilidade da Telecom - alguém, com conhecimentos na matéria explanava-me estes considerandos ainda em Janeiro presente passado. A natureza, porém, encarregou-se de demonstrar que quem assim pensava, não tinha nenhuma razão. Lamentavelmente para as Flores e os florentinos, com a grave avaria verificada em 19 de Fevereiro, que isolou por alguns dias a Ilha do resto do Mundo, foram os serviços de comunicações do aeroporto, felizmente ainda não desactivados, que permitiram termos continuado com ligações por via aérea.

Será que com esta avaria nas instalações das telecomunicações o Governo Regional irá procurar que nas Flores sejam instalados meios mais actualizados - como por

exemplo os existentes em S. Miguel - utilizando as técnicas que hoje se usam em toda a Europa?

Será que esta avaria nas comunicações contribuirá para que não seja desactivado qualquer serviço hoje existente no aeroporto das Flores?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Recentemente o Senhor Secretário Regional das Obras Públicas foi à Terceira anunciar a construção duma Marina naquela Ilha, comparticipada pela Comunidade Europeia. Não contestamos aquela necessidade, mas das Ilhas sem Marina aquela que é mais procurada pelos iatistas sempre foi as Flores. Continuamos a não aceitar que também em relação a esta infra-estrutura o Governo Regional esqueça os interesses de toda a Região. As Flores necessitam urgentemente que se construa uma Marina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais trouxemos a esta tribuna assuntos sérios e preocupantes para a Ilha das Flores; uma vez mais demonstramos que da parte do Governo Regional não estão a ser equacionadas medidas sérias, no sentido do desenvolvimento e do progresso das Ilhas que constituem o Grupo Ocidental dos Açores. Em nosso entender esta situação tem de sofrer alterações profundas. O poder instituído tem o dever de responder com rigor e prontidão às necessidades prementes daquelas Ilhas.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A recessão económica vivida em todo o mundo e, conseqüentemente, também sentida aqui, veio colocar no último ano a economia regional numa situação de debilidade crescente, com reflexos graves no emprego e na própria estabilidade social.

Embora na Região se tenha atingido os 6,6% de desempregados, esse número é insignificante em termos de média europeia, mas é muito preocupante em relação aos Açores, porquanto representa praticamente uma duplicação do número daqueles que na Região se encontravam sem emprego.

Numa economia vulnerável como a nossa, este facto tem consequências muito negativas no tecido empresarial, bem como na degradação das condições de vida dos açorianos.

Em boa hora verificam-se sinais de que a crise está a passar, ou melhor, já ultrapassámos a pior fase da dita crise.

O Governo Regional dos Açores entendeu criar as condições indispensáveis ao crescimento da economia regional, retomando algumas obras significativas que vieram dinamizar as empresas, criar confiança nos agentes económicos que operam nos Açores.

Os investimentos públicos canalizados prioritariamente como estão, para as infraestruturas de apoio às actividades produtivas, vêm estimular o investimento privado e possibilitar o saneamento das empresas regionais, abrindo novos horizontes para o futuro e para o progresso da nossa Região Autónoma.

Na Ilha de S. Miguel, por exemplo, a retoma de algumas obras públicas que pararam por falta de verbas, veio dar um novo "élan" aos agentes económicos que começam a perspectivar novos investimentos, consolidando assim, a sua actividade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na Ribeira Grande, é grande a expectativa para surja a hora da concretização de alguns projectos, nos quais os ribeiragrandenses apostam, como meio para atingir um rápido acesso às suas reais potencialidades.

A Ribeira Grande é um concelho com algumas insuficiências, em termos de infraestruturas e com uma vasta rede viária que aguarda ser melhorada. Não se pode estrangular ainda mais a cidade com o tráfego pesado que atravessa a rua principal, que a descaracteriza e lhe retira toda a sua beleza arquitectónica.

Por isso, a prometida variante é muito urgente, porque servirá não só o parque industrial da Ribeira Grande e este concelho, como também o do Nordeste e o da Povoação.

A recuperação do Teatro Ribeiragrandense é um exemplo duma infraestrutura emblemática, que a cidade não possui e que constituirá uma mola real do tão aspirado desenvolvimento cultural do concelho.

É igualmente urgente avançar com o denominado Parque Desportivo da cidade dotando-se, assim, as escolas preparatória e secundária, de um recinto desportivo que servirá também a própria comunidade.

Os ribeiragrandenses não admitem que este projecto volte mais uma vez a ficar nas intenções.

Deve, por isso, constituir para o Governo Regional, uma das prioridades do Plano a Médio Prazo em vigor, havendo necessidade de se encontrar, quanto antes, a cabimentação orçamental própria para a realização desta importante infraestrutura.

A erosão da orla marítima é um dos problemas mais sérios e de difícil resolução que se depara ao Governo Regional. Também neste particular, a Ribeira Grande aguarda, pacientemente, as soluções para as situações existentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Gostaria de aproveitar a oportunidade para mais uma vez alertar para as precárias condições de trabalho e as péssimas instalações em que se encontram a funcionar os serviços de estado na cidade da Ribeira Grande, designadamente o edifício da Repartição de Finanças e Tesouraria, da Fazenda Pública, o Tribunal, a Secretaria Judicial, as Conservatórias do Registo Civil e Predial, bem como o cubículo onde estão instalados os serviços de Notariado.

Não é possível, nos dias de hoje, conceber a forma como os cidadãos são atendidos naquelas repartições públicas.

Não é só o prestígio dos serviços do estado que estão em causa, como também a dignidade dos funcionários sem quaisquer condições de trabalho.

Torna-se urgente que o representante especial da soberania nos Açores, se ocupe desta questão, que em nada dignifica o estado.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para pedir esclarecimentos, segundo creio.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Deputado Artur Martins:

Procurei ouvir com o máximo de atenção possível V. Ex^a. mas com o ruído da Sala não consegui ouvir com toda a atenção, algumas das palavras que utilizou. Mas consegui reter algumas do seguinte género:

- "recuperação do Teatro da Ribeira Grande".

Se não me falha a memória, V. Ex^a. foi presidente daquela Câmara durante dois mandatos e meio e já no seu mandato, aquela casa estava em destruição.

- "Parque Desportivo da Ribeira Grande".

V. Ex^a. pertenceu ao partido maioritário e já na qualidade de deputado desta Casa, assistiu a reuniões em que eu também participei e onde deu razão ao Governo de então, esquecendo-se que agora, não há muitos meses, que aprovou um orçamento, no qual não consta nenhuma verba orçamentada para o Parque Desportivo da Ribeira Grande.

E V. Ex^a. agora, numa altura em que não está em discussão o Orçamento e o Plano desta Região, vem dizer que é preciso orçamentar.

Em terceiro lugar, o Sr. Deputado fala dos serviços do estado na Região, mas tem que se dizer que o Sr. Ministro da República é um civil social-democrata e que foi devidamente aceite pelo seu partido, logo, penso que em primeiro lugar dever-se-ia dirigir a Sua Ex^a. o Sr. Ministro da República e dizer-lhe essas coisas todas e, depois então, é que devia vir aqui lamentar-se de não ter cabimento orçamental, no orçamento que V. Ex^a. aprovou; não teve existência no Plano que V. Ex^a. aprovou e teve que recorrer ao Sr. Ministro, que é da inteira confiança do Presidente do Governo Regional, ou seja, do seu partido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins para prestar esclarecimentos.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Eu não percebo, sinceramente, as suas preocupações.

Primeiro, eu quando fui presidente da Câmara encetei as negociações que vieram permitir que a Câmara Municipal da Ribeira Grande adquirisse o Teatro

Ribeiragrandense, mandasse elaborar o projecto, como parece que já está a ser elaborado e, portanto, só agora é que há condições de o apresentar à Comunidade Europeia, para ser participado.

Não percebo em que é que lhe "fere os tímpanos", eu falar e em trazer aqui a questão do Teatro da Ribeira Grande, que é de facto uma prioridade em que os ribeiragrandenses apostam e emprestam o seu entusiasmo.

Não percebo também porque é que, sendo o Sr. Deputado candidato e actual vereador da Câmara, se espante pelo facto de eu trazer aqui uma preocupação dos ribeiragrandenses.

Eu bem sei que o Sr. é nado e criado na Terceira. Está por acidente na Ribeira Grande. E, neste momento, até nem tem raízes sequer na Ribeira Grande. Mas como vereador, deveria preocupar-se também com estas situações.

Quanto ao Parque Desportivo, eu devo dizer que os planos do Governo não são fechados, são dinâmicos. E eu tenho confiança de que ainda é possível na vigência do actual Plano a Médio Prazo, incluir o Parque Desportivo da Ribeira Grande, porque é realmente uma obra prioritária. E, porque considero que é uma obra prioritária, acredito piamente, e como ribeiragrandense, tenho esperança de ele ainda seja consagrado no actual Plano a Médio Prazo.

Disse.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): O presidente da Câmara das Lages também trabalha lá e reside na Madalena!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para mais esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): É exactamente um espanto, verificar que V. Ex^a. se espanta por ter sido presidente da Câmara e presidente da Assembleia Municipal durante estes anos todos, até ao dia 1 de Janeiro de 1994 e desconhecer que não há nenhum projecto para reconstrução ou reparação - ou o nome que quiser dar - para o Teatro da Ribeira Grande.

Sou ribeiragrandense não menos do que V. Ex^a!

Vivo lá desde o dia 27 de Setembro de 1971.

Segunda questão:

- Planos dinâmicos do Governo

Por acaso V. Ex^a. sabe que no Plano e Orçamento do Governo do ano passado, vinha inscrita uma verba para a asfaltagem da via rápida da Ribeira Grande e que ainda hoje está igual **ao dia 1 de Janeiro de 1993**?

E V. Ex^a aprovou esse Plano e esse Orçamento e nunca se lembrou de dizer nesta Casa que isso não estava feito e continua a acreditar que aquilo que não está no Plano vai ser feito?!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para fazer uma precisão: o Sr. Deputado vive na Ribeira Grande desde 27 de Setembro de 1971. Mas, actualmente, não reside na Ribeira Grande.

E eu queria que isto ficasse claro, porque quem disse a verdade fui eu.

Quanto à asfaltagem do caminho, não se concretizou, será certamente na próxima oportunidade, nós temos confiança nisso.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Sousa pretende a palavra para mais esclarecimentos?

Deputado Francisco Sousa (PS): Não Sr. Presidente. É para uma interpelação ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Presidente: Faça favor de interpelar.

Deputado Francisco Sousa (PS): Eu queria perguntar a V. Ex^a. se lhe entreguei ou não de mão própria, um ofício, na última Sessão de Novembro de 1993 desta Assembleia, em que declarava que a minha residência oficial, a partir do dia 1 de Janeiro de 1994, era ou não em Ponta Delgada?

Presidente: É verdade que o Sr. Deputado me entregou esse documento e que foi apresentado na Sessão, durante a leitura da correspondência, como é habitual em todos os casos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, se me permite, é só para que fique registado que a verdade é essa e não a do Sr. Deputado Artur Martins.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma pequena informação prévia para dizer a V. Exas. que esta intervenção estava preparada e pronta mas que por falta de tempo não pude fazê-la ontem.

Também outra informação prévia que terá 2 pontos principais que quero salientar agora.

Há cerca de um ano, aquando da visita desobriga que o Governo efectuou à Ilha do Pico, um dos vários assuntos que voltou a ser reivindicado pelos Deputados e Autarcas da Ilha, foi o alargamento e aumento da pista do Aeroporto do Pico. Então e pela primeira vez o Governo anunciou que finalmente estava previsto no Plano a Médio Prazo o seu alargamento, mas logo o Secretário Regional das Obras Públicas prevenia em tom autoritário como se de Professor e Alunos se tratasse: "Não peçam depois do aumento da pista, voos da TAP", ao que respondi: " Não, não Sr. Secretário, bastam uns "voos charters" de vez em quando..."

(Risos dos Deputados Rui Melo e Jorge Valadão)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Depois de ter ouvido a jornalista Maria Gaspar comentar as notícias na RDP da última 2ª feira, referindo nomeadamente que, a falta de "voos charters" era um dos maiores obstáculos ao tão desejado desenvolvimento do Turismo Regional, - isto é: de todas as Ilhas - charters esses dirigidos a esta ou aquela ilha directamente, consoante a vontade ou interesse dos operadores turísticos, pois só estes sabem os circuitos que comercialmente devem desenvolver, depois disso repito, recordei-me então daquela conversa com o Secretário Regional das Obras Públicas que acima relatei e na qual pedia já um voo charter para o Pico, desde que o Governo dotasse o nosso Aeroporto com as necessárias dimensões.

Por isso é necessário mais uma vez chamar a atenção de que compete ao Governo infraestruturar e só depois os operadores turísticos têm possibilidades de desenvolver a sua função.

Fica registada a ideia e a história nesta Assembleia para marcar a posição e a verdade sobre quem defende os investimentos prioritários da Ilha.

Prometemos voltar ao assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É meu dever, como Deputado eleito pela Ilha do Pico, voltar novamente a referir nesta Assembleia, a situação difícil, porque passam os agricultores - produtores de leite - cerca de quatro dezenas - da zona sul da Ilha, fornecedores da empresa de lacticínios Miragaia nas Lajes do Pico. E refiro-o porque julgo que se deve encontrar uma solução por parte do Governo e das Secretarias do Comércio e da Agricultura para estes casos pontuais.

Todos sabemos que existem bloqueios neste sector, em especial no circuito de comercialização dos nossos produtos de lacticínios dos Açores para o mercado Continental, provocados por uma concorrência "selvagem" e muitas vezes desigual, a que não é alheia a grande capacidade de produção dos industriais europeus que invadem com os seus produtos o mercado do nosso País, juntando-se agora e na opinião de muitos, o pseudo favorecimento por parte do Governo, a unidades industriais cooperativas em detrimento dos industriais privados.

Não queremos alinhar com estes que, afirmam existir hoje na economia açoriana deste sector, excesso de protecionismo por parte do Governo às cooperativas, porque na altura em que os industriais privados quase abandonavam as Ilhas do Pico, Faial e Flores, defendemos o apoio e intervenção do Governo, precisamente através da implementação de medidas que possibilitassem o aparecimento de unidades industriais de lacticínios, **propriedade de cooperantes**, nessas Ilhas. Damos mesmo o benefício da dúvida e julgamos que a situação tende a normalizar em face dos apoios governamentais concedidos. Agora o que não podemos aceitar de modo algum, é que possa haver qualquer tipo de apoios financeiros, para pagamento de prejuízos de mera gestão corrente ou similares, que não abrangam também os industriais privados, **o que dizem e parece estar a acontecer**. Se tal favorecimento existir, é, em nosso entender, um atentado à chamada "livre concorrência", que o Governo tanto apregoa defender. Que o deve praticar e encorajar é o que propomos e exigimos, mas nunca o viciar das cartas do jogo dessa "livre concorrência".

Solicitamos pois, mais uma vez, dando voz aqui nesta Assembleia e a pedido desses muitos agricultores desfavorecidos, com pagamentos de leite em atraso desde Abril e Maio do ano passado, que o Governo através das Secretarias da Agricultura e Pescas

e do Comércio, estude estas situações pontuais e que tendo em conta o interesse destes produtores de leite que também são contribuintes do orçamento regional, se encontre uma plataforma de compromisso com os industriais de lacticínios privados. A ninguém interessa o descalabro de mais uma empresa do Pico. **Não será possivelmente essa a situação actual**, pois segundo fui informado, esta empresa tem os seus compromissos bancários em dia, bem como os encargos com a segurança social, só tendo dívidas para com os seus fornecedores de leite, e tem créditos dos intermédios que por mais incrível que pareça, e segundo consta são os mesmos que hoje comercializam os produtos da Lacto-Pico e alertamos, aqui e agora, para estas situações, a fim de que depois, mais tarde, quando já não houver solução não se caia num choradinho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Para terminar o tão pouco que pedimos em nome dos agricultores do Pico referidos, os quais merecem da parte do Governo Regional alguma atenção especial, no sentido de se encontrar uma saída consensual que poderá passar por: bonificação de juros, empréstimo a longo prazo com aval da Região ou outra situação financeira semelhante.

Que haja boa vontade pois soluções não faltam.

Disse!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente pede a palavra para prestar esclarecimentos, naturalmente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Exactamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um esclarecimento relativamente à primeira parte da intervenção do Sr. Deputado, porquanto fê-la partindo dum pressuposto dum comentário às notícias dum jornalista, a qual eu muito respeito e reconheço excelentes qualidades jornalísticas e um bom trabalho feito nessa matéria, mas em relação à qual estou em

desacordo sobre aquilo que ela diz, relativamente ao futuro do turismo nos Açores passar, fundamentalmente, por "charters".

Se lhe reconheço qualidades jornalísticas, não lhe reconheço, porém, competência em matéria turística e daí a razão de pensar que a base do Sr. Deputado é falaciosa.

De qualquer forma, quero aqui dizer que em relação aos "charters", os mesmos têm sido feitos aqui para a Região, tem sido política quer do Governo Regional quer do Governo da República, autorizar desde o momento que haja condições técnicas para a realização desses voos.

Isto para dizer que entendo que em termos de política de turismo, os "charters" têm o seu lugar, nós não somos contra eles, mas entendemos que não é fundamentalmente por eles que o turismo dos Açores se desenvolve, de acordo com aquilo que está definido em termos do turismo que pretendemos para a Região, ou seja, um turismo principalmente à base de qualidade dos seus turistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero sequer estar a defender uma senhora jornalista que, como é conhecido de todos, é da vossa área política. Não é isso que está em causa.

Inclusivamente, posso até afiançar-lhe que as afirmações produzidas por ela chegam ao cúmulo de dizer isto:

"Não sei o que é que se faz nesta Região, a nível do Governo, que só andam em seminários e em estudos. E eu, como Directora de duas publicações, se aceitasse todos os convites que me dirigem, não fazia outra coisa senão andar nesses seminários, nessas jantaradas..." etc. - são palavras dela.

O que eu chamei aqui à colação, Sr. Secretário, e V. Ex^a. percebeu muito bem, foi para alertar para a situação duma ilha com potencialidades.

Eu disse que ia fazê-lo dentro das minhas limitações, mas que não enjeito a responsabilidade política que tenho como deputado eleito por uma ilha.

A ilha tem potencialidades turísticas. A zona onde está implantado o aeroporto, **é um crime o Governo ainda não ter olhado para aquela situação!**

É um aeroporto que poderia ser perfeitamente um aeroporto de alternativa à Ilha do Faial que está ao lado, como V. Ex^a. sabe, e sei que pensa como eu também, porque - é verdade - é uma zona baratíssima. Os terrenos já estão adquiridos e pagos pela Região. A empresa esteve lá a pôr aquele novo revestimento betuminoso e bastava só mais 100 mil contos - vejam lá isso o que era!

Naquela altura até as 3 Câmaras se disponibilizaram, dentro dum princípio de cooperação com o Governo, a ajudar a acabar a obra.

Portanto, o crime cometido para com aquela ilha, nunca mais poderá vir a ser sanado, se V. Exas. não olharem para isto e agora!

Era este o alerta que eu fiz já na primeira parte da minha intervenção. Não é afirmação falaciosa, Sr. Secretário Regional! E V. Ex^a. sabe que não é!

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, srs. Membros do Governo:

Falar hoje de agricultura, numa Europa Comunitária, não é tarefa fácil especialmente quando essa europa, é uma autêntica manta de retalhos de zonas agrícolas. Zonas estas com as mais variadas aptidões.

Mas também zonas essas onde se insere uma diversidade de povos e culturas, com as mais diversas preparações para a prática dessa agricultura. Acrescente-se ainda uma política da PAC, altamente subsidiada e estrategicamente programada com modelos bastante discutíveis do ponto de vista, ambiental, social e económico. Política esta, que por um lado tem levado a excedentes, com custos de produção mais elevados, de que aqueles praticados, nos principais mercados concorrentes, obrigando assim, através dos mecanismos impostos no interior da Comunidade, os importadores líquidos de produtos agrícolas, como a Região Autónoma dos Açores, a transferir recursos para a zona comunitária exportadora. Por outro lado, parte destes excedentes foram criados através de um modelo de "Maximização Produtiva", apoiado

fundamentalmente nos factores de produção, mecanização, agroquímica e as convenientes infraestruturas de base.

Daqui não viria mal ao mundo, se estes factores não criassem problemas de alto risco, nomeadamente os dois primeiros que só agora depois de uma análise mais cuidada se percebe com maior assuidade algumas das falhas mais marcantes deste modelo. Nomeadamente ao nível económico, social e ambiental. Do ponto de vista social é bem conhecido o desemprego ou emprego precário que uma tal situação tem criado. E no que respeita ao ambiente o problema não é menos grave, bem pelo contrário, como se pode ver pelos próprios regulamentos comunitários nomeadamente o Reg. CEE, nº 2078/92, de 30 de Junho, "relativo a métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e à preservação do espaço natural". O qual reconhece que: "o ambiente é influenciado por múltiplos factores e está sujeito, no espaço comunitário, a pressões muito diversas". Considerando deste modo que: "com base num regime de ajudas adequado, os agricultores podem exercer, uma verdadeira função ao serviço do conjunto da sociedade, introduzindo ou matendo métodos de produção compatíveis com as crescentes exigências de protecção do ambiente e dos recursos naturais ou da preservação do espaço natural e da paisagem" Indicando que o regime de ajudas deve promover uma redução sensível na utilização dos adubos e nos produtos fitofarmacêuticos ou a aplicação de métodos de agricultura biológica, de modo a contribuir não só para uma diminuição dos riscos de poluição de origem agrícola, favorecendo produções menos intensivas de modo a adaptar os diversos sectores da produção às necessidades do mercado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, srs. Membros do Governo:

Numa região como a nossa, fragmentada em pequenas nove ilhas, com clima instável, topografia acidentada, solos muito permeáveis e geologia do subsolo(embora ainda não estudada) também muito fissurada.

Com estas características uma região que tem ainda e que no futuro terá que continuar a ter a agricultura como um dos seus sectores económicos e sociais mais importantes não pode nem deve de modo algum enfrentar esta realidade de modo fácil. Até porque, a impossibilidade, de poder programar diversificando convenientemente neste sector, e o respeito que cada vez mais se deve ter pelo meio

ambiente, são sem dúvida factores, que aumentam o grau de complexidade de um sector, já de si não só desfavorecido, mas também muito complexo.

Evidentemente que por o sector ser complexo, não podemos nem devemos de modo nenhum baixar os braços, há que encarar os problemas discutilos, equacioná-los e resolvê-los. Isto é, na nossa situação, não podemos nem devemos ir única e exclusivamente para o "Modelo de Maximização Produtiva", nem este deve ser aplicado, em algumas das nossas zonas agrícolas de grande sensibilidade ecológica. Visto que muitas das águas que consumimos, que consomem os nossos animais e escorrem e brotam nas costas das nossas ilhas, serão por certo contaminadas, com o excesso de agroquímicos usados em tal modelo. Isto porque não tenhamos de modo nenhum a pretensão de que a terra tudo come ou tudo filtra. Até porque segundo sabemos, fontes temos nos Açores, que mal acaba de chover logo aumentam de caudal, não havendo nestes casos, qualquer hipótese de alteração, para os produtos biodegradáveis, muito menos para os não biodegradáveis.

Mas mesmo nas águas de infiltração profunda, a natureza geológica das nossas ilhas, embora não estudada convenientemente, deixa-nos dúvidas na morosidade e qualidade da filtração. Assim, é sempre fácil, a contaminação dar-se mesmo em profundidade, desde que o meio ambiente, à superfície não seja convenientemente preservado.

Em face do exposto que fazer? É talvez a pergunta que urge fazer! Bem, não nos parece que o problema seja assim tão grave que não tenha solução, mas precisa sem dúvida, de ser convenientemente estudado. Isto é temos nalguns casos que integrar problemas, e noutros que partir para processos biológicos. Evidentemente que aqui nos referimos ao Método de Optimização Produtiva," ou de modo mais específico, à "Agricultura Biológica".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, srs. Membros do Governo:

A "Agricultura Biológica", não é uma vã ilusão nem uma matéria de ficção científica agora em moda, é sim uma actividade agrícola, que desde que bem praticada, tem não só a vantagem de ser rentável, saudável e grande preservadora do meio ambiente. Se é certo, que nem toda a Região, pode ou deve ser considerada como uma cotada ou

Quinta de "Agricultura Biológica". até porque nem tal é possível nem se pretende, que assim seja.

Mas temos sim em nossa opinião, que dinamizar a "Agricultura Biológica", porque ela pode sem dúvida, ser a solução agradável para alguns dos problemas ambientais que se começam a desenhar na nossa Região.

Além disso este tipo de agricultura, pode valorizar e dar preferência a alguns dos nossos produtos, nomeadamente aqueles produzidos em habitats muito específicos, como é o caso do Café, nas fajãs do lado sul da ilha de São Jorge. Mas outros como, banana, citrinos, maracujá, hortícolas, inhame etc, podem ser englobados neste tipo de agricultura, e dela tirarem algum proveito.

De uma maneira geral, todo o tipo de agricultura que praticamos nos Açores, pode ser enquadrado na "Agricultura Biológica" e no "Método de Optimização Produtiva". É que nem todas as soluções da Região, para as zonas com sintomas de inícios de problemas ambientais, passam pelo abandono, pela florestação ou pela extensificação, algumas vão ter mesmo num futuro próximo que ser integradas num sistema biológico, bem mais compatível com a defesa do ambiente.

Nesta conformidade e apenas para termos uma ideia da pressão a que algumas das nossas zonas agrícolas estão a ser sujeitas, nomeadamente do ponto de vista ambiental basta ver que: uma só vaca, pode contribuir por ano, com 18kg de fósforo tanto como 57ha de **cultura cerealífera** ou 212ha de floresta, e 58kg de azoto, o mesmo que 6 ha de cereais ou 67ha de floresta. Se considerarmos que na Região, só vacas leiteiras temos 84000 segundo as estatísticas, além do restante gado seco. Adicionando a este montante as adubações por vezes excessivas, parte dos quais vão contaminar os nossos solos e as nossa águas. Problemas estes que não só nos devem preocupar todos, mas também sensibilizar para uma situação que embora actualmente não sendo grave no futuro com certeza que o virá a ser.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Venho a esta tribuna para mais uma vez trazer à colação uma desagradável e injusta situação com que se deparam os Jorgenses. Refiro-me ao estado caótico em que se encontram determinados troços de Estradas Regionais de São Jorge, sendo a maioria dos quais quase só utilizados por utentes que não dispõem de outra alternativa e por conseguinte sujeitam-se, por força desta circunstância, a viagens incómodas, perigosas e gravemente penalizantes para as suas viaturas.

Deve-se, como é óbvio, esta lastimosa situação à apatia dos sucessivos Governos Regionais que em relação à reabilitação das plataformas Estradas Regionais de São Jorge, pouco mais têm feito do que promessas, o mesmo é dizer que, todos os troços rodoviários em estado de degradação receberam tratamento há mais de 20 anos e por um sistema de pavimentação bastante ultrapassado e de média duração (mais ou menos dez anos para um trânsito acentuadamente inferior ao existente). Para tal bastará dizer que estes pavimentos betuminosos eram executados por semi-penetração, levando por metro quadrado, cerca de 4,5 Kg de asfalto na 1ª rega e 1,5 Kg na 2ª.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Após esta curta introdução ao assunto vou aos factos que me parecem mais pertinentes, ou seja, reflectir sobre o desempenho do Poder Regional que, na minha óptica, terá que agir numa perspectiva imparcial, equacionando os problemas do seu território numa vertente que conduza a um desenvolvimento justo e harmónico.

Assim sendo, e em defesa da rede viária de São Jorge, bem como dos seus utentes, sou mais uma vez forçado a tecer nesta tribuna, críticas ao executivo, que se fundamentam no seguinte:

O PMP 89/92 contemplou verbas significativas para a reabilitação das supramencionadas estradas e o Governo Regional ao abrigo do artº 3º e 4º do Decreto Legislativo Regional nº 25/89/A e após a devida autorização a que se refere o artº 101 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, habilitou-se a contrair um empréstimo junto do Banco Europeu de Investimentos para financiar

investimentos co-financiados pela Comunidade Europeia, entre os quais, os acima citados (para quem tiver dúvidas favor consultar a descrição técnica em anexo à Resolução nº 106/90). Já este documento referia que os investimentos no âmbito das pavimentações betuminosas em São Jorge, correspondiam a um total de 61 Km e estavam escritos no PNIC-Açores e apontava a conclusão dos trabalhos para Dezembro de 1991. Esta data já vai longe e este programa naturalmente já caducou (julgo que o período da sua existência ia de 1989 a 1992).

Ainda, estou em crer que a reprogramação do PNIC-Açores em nada prejudicou o processo referente à reabilitação das estradas suprarreferidas, pois se tal tivesse acontecido, logicamente que o Governo teria aproveitado, atempadamente, a transferência destas acções para o PEDRAA.

Também sabemos que a partir de 1990 todos os planos anuais têm vindo a contemplar os referidos investimentos. A única diferença digna de registo reside no facto do plano para 1994 estar dotado da exígua verba de 50000 contos para a pavimantação em betão betuminoso do troço da E.R. n.º 1-2ª entre Velas/Nortes/Relvinha e ramal para a Vila da Calheta, enquanto os anteriores ajustavam-se mais ao custo real dos trabalhos, resultado de dotações orçamentais superiores ao valor atrás referido.

Lembro que este investimento foi adjudicado no ano de 1991 (ver Resolução 73/91 à Firma Tecnovia pela importância de 292 530 000\$00, que acrescido do IVA fez o montante total de 310 086 040\$00.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Os só 50 000 contos inscritos no Plano do corrente ano para a pavimentação do troço da estrada acima referida não confirmam que a crise provocou uma baixa de preços na execução dos trabalhos. Há é sérios indícios de que o Governo Regional terá cometido um acto de pirataria, pois tudo indica que os subsídios comunitários destinados às estradas de São Jorge foram desviados para outra Ilha.

Levanto esta suspeita baseado no facto dos referidos investimentos constarem do programa já acima referido e o Governo ter considerado e até mesmo informado a opinião pública, através de diversas publicações suas, a consecução destas acções.

Resumindo: à custa desta eventual maldade, acima expressa, continuam os Jorgenses a transitarem incomodamente e perigosamente na E.R. nº 1-2ª por que ainda não foram iniciados os trabalhos. Anciosamente aguardam o reinício e conclusão da pavimentação da E.R. nº 2-2º entre Ribeira Seca e Topo.

Também por inércia deste executivo Regional, continua a variante entre Manadas e Urzelina a oferecer perigo eminente aos seus utentes, resultado da permanente queda de pedras (algumas chegando a pesar várias toneladas) sobre a plataforma deste troço de estrada. Este caso é preocupante e por isso mais uma vez chamo a atenção do Governo para acudir a esta situação, quanto antes, por forma a evitar que se percam vidas humanas, ou bens materiais .

Sabemos que a crise é Regional mas não é motivo para retirar o direito que os Jorgenses têm, à segurança rodoviária.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para uma intervenção.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O processo autonómico rumo ao progresso e desenvolvimento é um processo de interrogação permanente na procura das melhores soluções para os problemas da vida insular e ultraperiférica.

O esforço que toda a sociedade açoreana tem imprimido na antecipação do sonho de uma vida sempre melhor obriga a frequentes paragens, a um recapitular do passado recente, ao diagnóstico do momento e às preocupações sobre o futuro.

Essa interrogação é legítima e pode sempre auxiliar na correcção do rumo, acompanhando as inevitáveis alterações do mundo onde nos inserimos.

A defesa dos interesses regionais não é feita necessariamente e apenas por uma abordagem global mas também pelo estudo e apreciação sectorial.

Com a assinatura do novo Quadro Comunitário de Apoio formaliza-se mais um contrato a prazo até 1999 com vista à concretização da Unidade Europeia, por sua vez já desejada por mais alguns países.

Essa decisão comunitária conducente ao financiamento dos Estados Membros com carências e problemas estruturais específicos deverá merecer uma especial atenção por todos nós e permitir adequar os programas desse novo período às nossas principais necessidades.

No sector agrícola existe cada vez mais uma consciência colectiva sobre a importancia de se actuar ao nível da base de uma pirâmide imaginária, onde é preciso dotar a Região das infraestruturas e condições necessárias que servem todas as explorações agrícolas.

As intervenções ao nível do topo dessa mesma pirâmide não devem por em risco a consistência da base ou seja os apoios directos ao rendimento e por via do preço dos produtos só deverão ser aceitáveis através de substanciais financiamentos comunitários.

Todo o esforço financeiro da região por via do orçamento regional deve, no meu entender, direccionar-se para a aplicação de programas comunitários de apoio que contribuam substancialmente para a resolução dos problemas estruturais e que por isso beneficiam todos os agricultores.

Com a consequente necessidade de permitir que a situação das explorações agrícolas açoreanas se aproximem em alguns aspectos das suas congéneres do continente e da europa nomeadamente na redução dos seus custos de exploração é importante a criação descentralizada de serviços de apoio à sua gestão nomeadamente através das associações e cooperativas agrícolas.

Com o conhecimento profundo dessa realidade poderão técnicos e produtores procurar soluções que permitam a redução desses custos e adequar a tomada de decisões.

Do mesmo modo o progresso da agricultura açoreana passa pela valorização dos produtos regionais que são, obviamente, na sua maioria produtos agrícolas.

A obtenção dessa maior valia exige acções concertadas, envolvendo todos os agentes económicos, empresários agrícolas, do comércio e da indústria bem como do Governo, num plano de conquista organizada dos mercados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é aceitável que os produtos lacteos, carne e outros se confundam na amalgama de produtos europeus sem se procurar o direito pela diferença o apelo à imagem Açores e às condições de produção em extensividade, que vão ao encontro das próprias orientações da Política Agrícola Comunitaria.

Todas essas preocupações, quer digam respeito aos produtores quer aos comerciantes e industriais condicionam ou promovem a conquista de posições nos principais mercados e necessitam a adopção de uma estratégia regional para a comercialização desses produtos.

O debate sobre os problemas da agricultura açoreana deve ser sério e construtivo, fundamentado pela nossa própria capacidade de desenvolvimento.

Nesse sentido, e na dinamização da sociedade rural as cooperativas agrícolas e de lacticínios detêm um papel imprescindível ao nível local nomeadamente na criação de emprego, eventualmente ao assumirem, com os devidos programas de apoio, tarefas e serviços, que apesar da sua eventual pequena dimensão no seu todo e nas nove Ilhas dos Açores poderão absorver importante mão-de-obra nomeadamente a especializada, fixando em cada concelho actividades imprescindíveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em todo esse processo de modernização da agricultura o papel da presença dos Açores na Europa pela sua representação própria directa do executivo regional, quer pela presença de representantes dos agricultores em instituições comunitárias, merece de todos nós uma atenção especial na sensibilização dos responsáveis nacionais do sector para que tenham sempre presente com o conhecimento preciso e a consciência dos nossos problemas específicos, para melhor colaborarem no nosso processo de desenvolvimento.

Com o realce que merece o debate sobre a agricultura nos Açores não posso esquecer o contributo que uma organização como a da Semana das Pescas, tem dado ao sector a que se dirige. É um exemplo de sucesso.

Por isso, a importância da comunidade científica e técnica pela experiência vivida e pela troca de testemunhos dos que aqui vivem, estudam e trabalham não pode ser esquecida na obtenção de modelos capazes de permitir a modernização do sector agrícola e faz-me pensar na oportunidade da organização de uma "Semana da Agricultura".

Disse.

Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pediu a palavra para?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Só queria assinalar que o Partido Socialista dispõe de cinco minutos neste momento, que são quantos a gente dispõe ainda, de Período de Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região, nesta fase de Período de Antes da Ordem do Dia.

Tem a palavra para pedir esclarecimentos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Almeida:

Porque também hoje procurei, embora noutra vertente, trazer aqui alguns assuntos relacionados com a Agricultura nos Açores, nomeadamente no caso da Ilha do Pico, no seu caso é num aspecto muito mais vasto, e porque não vi merecer da parte do Governo nem dos Srs. Secretários presentes, qualquer referência - será que o assunto não merecia qualquer atenção - mas como sei que V. Ex.^a tem dedicado a estes assuntos o seu empenho, perguntava-lhe muito rapidamente, o seguinte:

Será que o caso que eu coloquei hoje nesta Casa, não merece alguma atenção da parte do Governo e, inclusivamente, da parte dos Srs. Deputados todos, principalmente daqueles que estão virados para estes problemas da agricultura?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para prestar esclarecimentos.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pelo que percebi, fez referência à sua intervenção e a algum assunto contido nela e não à minha, presumo eu.

Portanto, não tenho que lhe dar esclarecimentos sobre nenhum aspecto da sua intervenção.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria apenas de aproveitar os escassos minutos que restam ao PS no dia de hoje, para produzir aqui algumas reflexões a propósito de um acontecimento a que tive oportunidade de assistir em Lisboa, relacionado com a problemática constitucional das Regiões Autónomas.

E gostaria, se o conseguir neste breve espaço de tempo, de produzir esta intervenção em dois tipos de considerações: umas ligadas às circunstâncias desse colóquio na Universidade Católica em Lisboa e outras relacionadas com alguns daqueles que me parecem ser um dos desafios que se põe na próxima revisão constitucional.

Vou tentar ser breve e limitar-me ao tempo que tenho.

Em relação ao primeiro aspecto que é o das circunstâncias, eu salientaria uma principal questão que saltou aos olhos de toda a gente e que foi um colóquio promovido por uma fonte do alto saber de investigação, em que o poder político esteve ausente.

Na altura, troquei impressões sobre o poder político regional, nomeadamente o poder político da Região Autónoma dos Açores, que está ostensivamente ausente.

Trocando impressões com algumas pessoas a esse respeito, eu disse que o poder político regional, nomeadamente o poder político executivo, não merecia estar presente naquele colóquio, porque não poucas vozes - algumas pelo menos - alertaram para uma circunstância muito importante: é que a autonomia não se ganha apenas no plano político, não se ganha apenas nas revisões constitucionais, nas revisões estatutárias, na actividade política desta Assembleia, na actividade do executivo.

Ganha-se, ou começa a ganhar-se ou a perder-se, no plano cultural, pondo ou não em circulação, no centro do saber, na própria fonte do saber, os temas da autonomia.

Para este aspecto foi o Governo Regional alertado várias vezes.

Eu, chamando a atenção para essa circunstância, gostaria também de deixar aqui duas sugestões que talvez pudessem ser realizadas, não pelo Governo Regional, porque o que disse a esse respeito foi ineficaz, mas por esta Assembleia.

Uma das sugestões, precisamente para permitir numa forma que é habitualmente seguida quando alguém quer que um tema entre na circulação cultural, paga para que esse tema seja desenvolvido nas universidades, eu propunha que esta Assembleia, neste ano de centenário da Autonomia, instituísse alguma coisa, como bolsas de estudo para mestrado, ou algum tipo de apoio. Podia, inclusivamente, levar o nome de alguns nossos antepassados, comemorando agora o centenário da Autonomia, para que se pudesse fazer essa investigação e trazer à mentalidade cultural, sobretudo na área do Direito e na área de Economia, mas principalmente nesta última, os temas culturais.

Outro aspecto importante, é que se verifica que os grandes nomes do pensamento, que pensaram a autonomia, e que hoje, têm ainda a capacidade de integrar a autonomia na reflexão jurídica, são quase os mesmos que antigamente tiveram.

São Jorge Miranda, Sousa Franco. São uma geração intermédia em que entra um Paulo Euterpe, um António Vitorino.

Mas das intervenções, surge uma nova geração que se sente que é totalmente alheia à autonomia e aos valores da mesma.

Este aspecto é, efectivamente, preocupante. E esta sugestão, - eu faço- a daqui para que ela seja aproveitada sem qualquer conotação partidária - de instituir algo como apoios a trabalhos de mestrado ou doutoramento deve ser feita por esta Assembleia.

Outra coisa que juntamente com esta, ou em vez desta se esta não for possível, seria esta Assembleia aceitar o desafio de fazer a melhor biblioteca, nacional pelo menos, existente sobre a autonomia. Uma biblioteca em que nós pudéssemos ter recolhido...

(Aplausos da Câmara)

... o fruto do esforço e da investigação, alguma que vai sendo feita em Portugal, infelizmente pouca por algumas razões que foram apontadas, mas muita e

escandalosamente para a nossa pobreza, muita que se faz sobretudo em Espanha e na Itália, e que nós vemos citada na pouca bibliografia existente em português.

Eu estou convencido que se isso acontecesse, se essa biblioteca que também podia levar um dos nomes pioneiros da nossa autonomia, se ela existisse e se tivesse o mínimo de funcionamento, não fosse apenas um "armazém de livros", de certeza que se transmitisse a informação de que chega uma revista, chega um trabalho de investigação nessa área, um dois, três ou quatro deputados ou outras pessoas interessadas, certamente acorreriam a ela.

Deixo essas propostas feitas e as considerações de circunstância ficariam por aqui.

Em relação aos desafios, por aquilo que pude aperceber-me, andam à volta de 4 áreas principais. Uma dessas áreas que é vital, é a de financiamento da Região. Resumidamente, diria que existe um modelo constitucional de financiamento da Região, baseado nas receitas da mesma.

A intervenção do Dr. Sousa Franco sobre essa temática, demonstrou que este modelo falhou em toda a Europa e mesmo fora dela.

O momento de revisão constitucional é um momento possível, para se retocar modelos ou para se tentar um outro modelo baseado não nas receitas da Região, não no poder tributário próprio, não na possibilidade de adaptar a fiscalidade à Região, mas sim nas despesas da Região.

E o desafio que se põe é esse: ou retocar o modelo actual (ainda é possível ter alguns retoques), ou caminhar para um novo modelo.

Em relação à capacidade legislativa, eu diria também que o modelo existente, basicamente hoje, é o mesmo que herdámos desde 1976.

Assenta em três pilares e na sua conjugação:

- Interesse específico;
- Leis Gerais da República;
- Competência reservada dos órgãos de soberania;

Esse modelo não sofreu nenhum retoque até hoje. Foi sofrendo acrescentamentos e os da última revisão constitucional que nos permitiram autorizações legislativas, que nos permitiram desenvolver leis de base, que nos permitiram exercer a adaptação à Região, não funcionaram nestes anos.

O desafio que se põe é exactamente esse: valerá a pena continuar a apostar nesse modelo melhorando-o? Ou dever-se-á tentar ir para um novo modelo?

Existem várias hipóteses para esse novo modelo. Deixo apenas uma que foi abordada nesse colóquio e que eu já conhecia, que é a de definir na Constituição o interesse específico. É evidente que isso limita.

Para compensar isso, deve-se tentar que a Região tenha reserva exclusiva de competência para legislar nessa área. Ou seja, aquilo que é geral é nacional, mas aquilo que é específico é regional e aquilo que é específico é o que está definido como interesse específico na Constituição e aí, só a Região é que pode legislar.

Ministro da República:

Um dos aspectos importantes, mais importante do que o problema da extinção ou não do Ministro da República, é o outro problema, isto é, o da alteração do seu Estatuto.

Eu pude constatar que na investigação e nalgumas das opiniões, as competências administrativas do Ministro da República, pesam excessivamente, como competências administrativas que dizem respeito à coordenação dos órgãos periféricos na Região, à superintendência à coordenação desses órgãos entre si e deles com a Região, que são - na minha opinião - inexecutáveis, mas que pesam excessivamente na imagem que alguns constitucionalistas têm do Ministro da República.

O desafio para mim, não é extinção ou não, como - na minha opinião - falsamente, alguém tem dito, mas sim, alteração ou não do Estatuto do Ministro da República.

Um último desafio que é importante - e o tempo deve estar no fim - é o de saber...

Presidente: Está a esgotar-se, Sr. Deputado.

O Orador: ... eu só deixo sublinhado o último aspecto que me parece importante.

Nós temos, no Artigo 229º da Constituição, 20 alíneas com competências da Região.

Já houve quem perguntou - e esse desafio fica de pé - se muitas daquelas alíneas, depois de nós começarmos a pertencer à CEE, ou seja, depois da Região não ter apenas relações com o Estado numa bipolaridade em que nasceu este modelo em 1976, mas sim numa tripolaridade em que entra também a CEE, se muitas dessas 20 alíneas não são competências que nós hoje já não podemos exercer, portanto, em vez

de tê-las lá mortas, mais valerá analisar se não será preferível retirar algumas delas, porque efectivamente elas não funcionam.

Foi pouco o tempo que eu tive para vos dizer alguma coisa. Não terá sido muito útil o que eu vos disse, mas foi o esforço possível, neste momento.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara).

Presidente: O Sr. Deputado Victor Cruz pretende a palavra para?

Deputado Victor Cruz (PSD): Para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Embora o Sr. Deputado Dionísio de Sousa já não tenha tempo para responder, julgo que a minha intervenção não vai suscitar qualquer tipo de interesse em ser respondida por parte do Sr. Deputado.

Apenas para sublinhar que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata confirma, de facto, e nisso está consonante com a intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, em duas necessidades:

Num primeiro plano, a necessidade de se aproveitar a celebração do ano do centenário da Autonomia, para que a própria Assembleia possa protagonizar um esforço sério, no sentido de aprofundar essencialmente a temática jurídica, em relação ao processo autonómico.

Dezoito anos passados de experiência de Autonomia Político-Administrativa dos Açores, há realmente pouca doutrina produzida por parte de açorianos, na defesa dos interesses mais específicos e numa linha científica que é sempre importante e que deve acompanhar qualquer posição política, desde que ela seja consciente e, sobretudo, eficaz.

Portanto, qualquer esforço, seja na criação duma biblioteca, seja na criação de bolsas de estudo, seja um conjunto de outras iniciativas como o âmbito do centenário da Autonomia, que possa ser tomado com esse objectivo terá, naturalmente, o aplauso do PSD.

Em segundo lugar, as dúvidas levantadas pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa são essenciais para o futuro da autonomia. Que, neste momento, passa por uma fase natural em qualquer processo de descentralização, fase essa, importantíssima para confirmar não só prerrogativas que já atingimos neste momento, mas também para clarificar outras e, naturalmente, para também aprofundar outro tipo de preocupações. As competências legislativas da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o relacionamento financeiro entre o Estado e a Região, a questão do estatuto do Ministro da República, a participação dos órgãos de Governo próprio em decisões nacionais e comunitárias, são de facto questões que definem o cerne político, o cerne de autonomia administrativa e também financeira, do nosso processo no qual estamos todos envolvidos.

Há, de facto, preocupações. A autonomia precisa de ser defendida, não só no sentido do seu aprofundamento mas também no sentido em que ela tal qual hoje está estabelecida e definida constitucional e estatutariamente.

Portanto, julgo que como um desafio ao consenso, um desafio ao diálogo e um desafio ao estudo aprofundado no qual se deve envolver, também, em meu entender, a comunidade científica dos Açores através da nossa Universidade, é certamente um dos desafios que julgo ser mais importante e que se deve colocar à classe política açoriana, neste momento.

Portanto, uma palavra de concordância com o espírito em que foram apresentadas essas questões, pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, e também - porque não? - uma palavra de esperança pela forma como elas podem ser enfrentadas por todos nós, com um espírito de diálogo e, sobretudo, com consciência de que essas matérias precisam de uma reflexão profunda.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara).

Presidente: Não quero deixar de referir que tomei devida nota de algumas das sugestões do Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

De qualquer forma, gostaria de acrescentar que, já neste momento, a nossa biblioteca tem uma boa e uma quantidade apreciável de bibliografia, respeitante a este fenómeno da autonomia.

Mas, pela parte que me toca, também aceito o desafio.

E, portanto, não deixarei de ter esta responsabilidade, enquanto Presidente da Mesa da Assembleia, de contribuir para o alargamento da sua importância e, se porventura isso for possível, torná-la a melhor biblioteca sobre estes temas, que a gente tem no nosso País.

Foi importante esta notícia que aqui deixou o Sr. Deputado Dionísio de Sousa e que se realizou recentemente em Lisboa e, portanto, fica à consideração dos

Srs. Deputados, todos estes temas que são importantes.

Damos aqui por encerrado este Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos fazer um intervalo, durante o qual eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, ao Sr. Deputado Paulo Valadão e ao Sr. Deputado Independente, o favor de se reunirem comigo na Sala da Mesa.

Estão interrompidos os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 18,40 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 19,40 horas)

Srs. Deputados, vamos entrar no Período da Ordem do Dia com a apreciação dum Projecto de Decreto Legislativo Regional que permite a "Publicidade ao Tabaco em Provas Desportivas de Automobilismo".

Está aberta discussão, na generalidade, deste Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Tem a palavra a Sr^a. Deputada Rosa Machado para uma intervenção.

Deputada Rosa Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente o Projecto de Decreto Legislativo Regional que permite a publicidade em provas desportivas de automobilismo na Região Autónoma dos Açores até ao dia 31 de Dezembro de 1996, por achar que é justo que as entidades organizadoras dessas provas possam assegurar compromissos legalmente assumidos, anteriores à publicação deste Decreto, o qual, se não fosse dilatado o prazo, para que os organizadores encontrem novos patrocínios, prejudicaria, sem dúvida, o desporto automóvel insular em que algumas dessas provas patrocinadas pelas marcas de tabaco, contam para o calendário Europeu de Rallies.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Temos que analisar este diploma, em função da legislação nacional existente sobre a matéria. Porque, depois de ter sido proibida, duma maneira geral, a publicidade ao tabaco, concretamente através do Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro, houve uma excepção. E essa excepção está consignada no Decreto-Lei n.º 52/87 que prorroga até 1992, a possibilidade da publicidade do tabaco ser feita em provas desportivas de automobilismo.

Por outro lado, e através do Decreto-Lei n.º 242/91, de 5 de Julho, volta a haver nova prorrogação.

Prorrogação essa que, por força deste Decreto-Lei que mencionei, permite esta publicidade até 21 de Março de 1996.

Acontece que esta prorrogação tornada possível mediante o Decreto-Lei n.º 242/91, de 5 de Julho, adapta-se perfeitamente aos condicionalismos dos rallies de automóveis no continente português.

Por outro lado, ainda, todos nós sabemos que a situação em relação aos rallies na nossa Região e o desporto automóvel em geral, é normalmente depois da época do continente e depois das principais provas automobilísticas se realizarem no continente.

Por isso mesmo, consideramos que perante a legislação nacional existente, é natural, é lógico e até é positivo para a Região Autónoma dos Açores que aquilo que vigora no continente até 31 de Março, possa vigorar até 31 de Dezembro desse mesmo ano.

Por isso, vamos votar favoravelmente este Decreto Legislativo Regional que, excepcionalmente, permite a existência de publicidade do tabaco nas provas automobilísticas, até 31 de Dezembro de 1996.

Efectivamente, pensamos que atendendo às necessidades da Região, este prazo deve ser prorrogado aqui por mais alguns meses. O que para nós é justo que se tenha em consideração as nossas especificidades e as nossas condições em relação às provas automobilísticas.

Por isso mesmo, vamos votar favoravelmente este diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós somos sensíveis a essa situação particular que afecta nomeadamente uma das áreas do desporto que depende, financeiramente e duma forma substancial, desse tipo de patrocínios.

Até porque o prazo que está aqui em jogo não é significativo. E uma vez que parece não haver restrições de enquadramento legal sobre essa matéria, também subscrevemos este projecto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Decreto 52/87 que é o Decreto-Lei que veio permitir que a publicidade ao tabagismo se fizesse nas provas de prestígio internacional, por mais um período de 5 anos, previa no seu Artigo 2º que a publicidade dos produtos à base do tabaco "só é permitida em provas desportivas de automobilismo, integrados em campeonatos do mundo ou da Europa, dessas modalidades".

Por outro lado, dizia-se no Artigo 3º desse diploma que a "extinção do regime estabelecido pelo presente diploma às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, fica dependente de diploma emanado dos órgãos próprios".

Portanto, em princípio, parece não restarem dúvidas de que esta é uma lei que a Região Autónoma dos Açores tem competência para adaptar e tornar extensiva a esta Região o seu regime.

Tenho algumas dúvidas se o poderá fazer em relação a provas que estejam fora do âmbito das que aqui são mencionadas, ou seja, as provas desportivas integradas nos campeonatos do mundo e da Europa.

Como se sabe, na Região nós possivelmente só temos uma prova integrada num desses campeonatos. Fica-nos um pouco esta dúvida se, efectivamente, nós deveríamos abrir a publicidade ao tabaco a todas as provas desportivas de automobilismo, ou se nos deveríamos ater ao espírito da lei nacional que é bem clara sobre essa matéria.

Por outro lado, se o decreto nacional admite que pode haver alguma especificidade na Região e daí nos dar a possibilidade de o tornar extensivo, queremos acreditar - e aí damos o benefício da dúvida e já o demos na Comissão - que talvez seja possível a Região legislar para todas as provas desportivas e não só para aquelas que estão integradas nos campeonatos do mundo ou da Europa.

Portanto, é com esta reserva e com esta chamada de atenção que o Grupo Parlamentar do PS vai votar favoravelmente este diploma.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar, na generalidade, este Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sempre que se fala em tabaco na era em que vivemos, convém...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Vê lá o que é que vais fazer!

O Orador: ...salientar e aproveitar a oportunidade - uma vez que foi de publicidade de tabaco que se tratou - para dar uma "alfinetada" em todos os fundamentalismos que são sempre a rejeição da diferença; são sempre a tentativa de impor, por força social, aquilo que deve ser apenas escolhido por opção pessoal.

Por isso, julgo não ser deslocado, como declaração de voto, nesta oportunidade, não em nome do meu partido mas com a sua aprovação explícita, ler aqui uma canção ao

cigarro, escrita por Bernardo Guimarães, poeta brasileiro, que entre outras coisas, escreveu uma "Escrava Isaura" que todos tiveram oportunidade de conhecer através duma telenovela, em 1864 -

"A Canção ao Cigarro

Cigarro , minhas delícias,
Quem de ti não gostará?
Depois do café ou chá,
Há nada mais saboroso
Que um cigarro de Campinas
De fino fumo cheiroso?

Cigarro, quanto és ditoso!
Já reinas em todo mundo,
E esse teu vapor jucundo
Por toda a parte esvoaça.
Até as moças bonitas
Já te fumam por chalaça!...

Sim - já por dedos de neve
Posto entre lábios de rosa,
Em gentil boca mimosa
Tu te ostentas com vaidade.
Que sorte digna de inveja!
Que pura felicidade!

Embora tenha o charuto
Dos fidalgos a afeição
E do conde ou do barão
Seja embora o favorito;
Mas o querido do povo
És tu só, meu cigarrito.

O cachimbo oriental
Também nos dá seus regalos;
Porém nos beiços faz calos,
E nos faz a boca torta
De tais canudos o peso
Não sei como se suporta!...

Cigarro, minhas delícias,
Quem de ti não gostará?
Certo no mundo não há
Quem negue as tuas vantagens.
Todos às tuas virtudes
Rendem cultos de homenagens.

Tu não fazes distinção,
És do plebeu e do nobre,
És do rico e és do pobre,
És da roça e da cidade.
Em toda a extensão professas
O direito de igualdade.

Vem pois, ó meu bom amigo.
Cigarro, minhas delícias;
Vem dar-me tuas fumaças.
Dá-mas em troco deste hino,
Que fiz-te em acção de graças.

(Aplausos da Câmara)

(Risos da Câmara)

Presidente: Feita esta declaração de voto, assim entendida, do Sr. Deputado Dionísio de Sousa que é tão contra os fundamentalismos que não deixou de dar uma alfinetada no cachimbo.

Saudosa memória, com certeza!

(Risos da Câmara)

Presidente: Passamos à apreciação na especialidade deste Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Está aberta a discussão sobre o seu artigo único.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo único, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O artigo único do diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, finalmente, à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agradecia à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais o favor de proceder à sua redacção final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração e espero que seja mais prosaica do que a do Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

(Risos da Câmara)

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa declaração de voto é rápida e é para reafirmar que votámos favoravelmente este Decreto Legislativo Regional, atendendo ao facto de ser uma situação excepcional, baseada também numa situação de excepção que foi criada no conjunto

nacional. E também atendendo a interesses que estão referidos nos considerandos da própria proposta e no Relatório da Comissão, interesses que têm a ver com os rallies que se realizam na nossa Região.

Foi atendendo a estes condicionalismos que nós, a título excepcional, votámos favoravelmente.

Presidente: Passamos à apreciação do ponto n.º 2 da nossa ordem de trabalhos que se refere à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Aplicação à RAA do Regulamento de Segurança Contra Incêndios em Estabelecimentos Comerciais".

Está aberta a discussão, na generalidade, sobre esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à especialidade.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, em documento apresentado na Mesa, declara que assume as propostas da Comissão.

Em relação ao Artigo 1.º a Comissão apresenta a seguinte proposta de alteração:

"O Decreto-Lei N.º 61/90, de 15 de Fevereiro aplica-se na Região aos estabelecimentos comerciais que se encontrem em qualquer das condições definidas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º1 do seu Artigo 2.º e ainda aos estabelecimentos comerciais situados num rés-do-chão, num só piso, excluindo o rés-do-chão com área total mínima de 200 m², de acordo com as adaptações constantes do presente diploma".

Está aberta a discussão sobre este Artigo 1.º e a sua proposta de alteração.

Não havendo intervenções vamos votar. Votamos em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 2.º a Comissão apresenta a seguinte proposta de alteração:

"Artigo 2.º - Competências

1 - Todas as competências e atribuições cometidas ao Serviço Nacional de Bombeiros no Decreto-Lei n.º 61/90, de 15 de Fevereiro, consideram-se reportadas na Região, à Inspeção Regional de Bombeiros dos Açores (IRBA).

2 - O despacho a que se refere o n.º 5 do Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 61/90, de 15 de Fevereiro, será da competência conjunta dos Secretários Regionais da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia e da Saúde e Segurança Social, sob proposta da Câmara Municipal, ouvidos o Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores, a Direcção Regional do Comércio e a Inspeção Regional dos Bombeiros dos Açores".
Está aberta a discussão sobre este Artigo 2.º e esta proposta de alteração.

Não havendo intervenções vamos votar. E votamos, em primeiro lugar, a proposta de alteração para o Artigo 2.º n.ºs. 1 e 2, conforme a proposta apresentada pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 2º, n.º s. 1 e 2 conforme a proposta da Comissão, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 3.º a Comissão apresenta também uma proposta de alteração que consiste na eliminação do seu n.º 2 e na manutenção do n.º 1.

Portanto, o Artigo 3.º, conforme a proposta da Comissão, ficará com a seguinte redacção:

"Artigo 3.º - Certificado de Conformidade

O modelo do certificado de conformidade a que se refere o n.º 1 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 61/90, de 15 de Fevereiro, será definido por despacho conjunto dos Secretários Regionais da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia e da Segurança Social".

Está aberta a discussão sobre este Artigo 3.º e a sua proposta de alteração.

Não havendo intervenções vamos votar. E votaremos, em primeiro lugar, a proposta de eliminação do n.º 2 do Artigo 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O n.º 2 do Artigo 3.º foi eliminado por unanimidade.

Presidente: Votaremos agora a parte restante deste Artigo 3.º conforme a proposta da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do Artigo 3.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 4.º.

Em relação a este artigo a Comissão apresenta uma proposta de eliminação.

Está aberta discussão sobre este Artigo 4.º e a sua proposta de eliminação.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 4.º foi eliminado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 5.º para o qual não há qualquer proposta de alteração.

O que a Comissão propõe é apenas a mudança de número do artigo, uma vez que se eliminou o Artigo 4.º.

Está aberta a discussão sobre este Artigo 5.º que passará a ser na redacção o Artigo 4.º.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao Artigo 6.º que passará a 5.º na redacção final, a Comissão propõe a seguinte alteração:

"Artigo 6º

O prazo a que se refere o n.º 1 do Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 61/90, de 15 de Fevereiro, é alargado para 365 dias, a contar da data da entrada em vigor do presente diploma".

Portanto, isto significa que a Comissão propõe a eliminação do corpo do Artigo 6.º, da sua alínea b) e da sua alínea c).

Está aberta a discussão sobre este Artigo 6º e a proposta de alteração apresentada pela Comissão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 6.º, que passa a 5.º na redacção final, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Propõe a Comissão a introdução dum Artigo 6.º que se refere à entrega de documentos e que diz o seguinte:

"Os documentos mencionados no n.º 4 do Artigo 8º do Decreto-Lei n.º 61/90, de 15 de Fevereiro, serão dirigidos ao Inspector Regional de Bombeiros dos Açores, podendo ser entregues no corpo de bombeiros do local do empreendimento".

Portanto, este Artigo 6.º apresentado pela Comissão recolhe a alínea c) do anterior Artigo 6.º do documento original.

Está aberta a discussão sobre este Artigo 6.º, conforme proposta da Comissão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 6.º, conforme a proposta da Comissão, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao Artigo 7.º da proposta original a Comissão propõe a sua eliminação.

Está aberta a discussão sobre este artigo.

Não havendo intervenções vamos votar. Votamos, em primeiro lugar, a proposta de eliminação apresentada pela Comissão para o Artigo 7.º do diploma original.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 7.º foi eliminado por unanimidade.

Presidente: A Comissão apresenta uma alteração para o Artigo 8.º da proposta inicial que diz o seguinte:

"O despacho referido no n.º 3 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 61/90, de 15 de Fevereiro, será da competência conjunta dos Secretários Regionais das Finanças, Planeamento e Administração Pública, da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia e da Saúde e Segurança Social".

Está aberta a discussão sobre este Artigo 8.º e a proposta de alteração.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 8.º, conforme proposta da Comissão, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao Artigo 9.º para o qual a Comissão propõe a eliminação do seu n.º 2, conforme a proposta inicial, e propõe uma alteração do n.º 1 e do n.º 2.

Está aberta a discussão sobre este Artigo 9º e a sua proposta de alteração.

Não havendo intervenções vamos votar. E votamos apenas o n.º 1 e n.º 2, conforme a redacção para este Artigo 9.º apresentada pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: Os n.º s. 1 e 2 do Artigo 9.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 10.º.

Está aberta discussão sobre este artigo.

Não havendo intervenções vamos votar o Artigo 10.º que passará a ser o Artigo 9º na redacção final, conforme a redacção inicial.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 10.º, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 10.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 11.º - em relação a este artigo que passará a ser o Artigo 10º na redacção, final não há qualquer proposta de alteração.

Está aberta a discussão sobre este Artigo 11º que será o Artigo 10.º na redacção final.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 11.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao Artigo 12.º que passará a ser o Artigo 11.º na redacção final, não há qualquer proposta de alteração.

Está aberta a discussão sobre este artigo.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 12.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passaríamos, finalmente, ao Artigo 13.º que passará a ser o Artigo 12.º na redacção final e para o qual não há qualquer proposta de alteração.

Está aberta a discussão sobre este Artigo 13.º.

O Sr. Deputado José Maria Bairos pretende a palavra para?

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, é para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para chamar a atenção para o facto de na nova ordem dada ao articulado da proposta da Comissão, este Artigo 13.º passa para 12.º.

Muito obrigado.

Presidente: Já tinha observado esse assunto.

Portanto, o Artigo 13.º passa para 12.º, tendo em atenção a ordem que se tem vindo a dar ao documento.

Não há qualquer alteração para este artigo.

Está aberta a discussão sobre o mesmo.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 13.º que passará a 12.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agradecia à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais o favor de proceder à redacção final desta Proposta.

Passamos agora ao 3.º ponto da nossa ordem de trabalhos que se refere à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Autorização de Instalação de Grandes Áreas de Superfícies Comerciais".

Está aberta a discussão sobre esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma proposta que procura regulamentar instalação de grandes áreas comerciais.

Pensamos que ao procurar-se regulamentar nestes aspectos, que é um sinal positivo. Aliás, também a legislação nacional destas áreas, adaptou e procurou para que houvesse legislação própria em relação a todas as áreas da actividade comercial.

Pensamos que as ligações e as interdependências comerciais têm que ser objecto de regulamentação, até para a sua manutenção, a sua instalação, etc.

Por isso, nós vamos votar favoravelmente este Decreto, tanto na generalidade como na especialidade.

De qualquer modo, pensamos que teria sido benéfico e importante, procurar-se legislar nestas matérias, antes dos factos consumados. Porque estamos a legislar sobre uma matéria em que por exemplo na Ilha de S. Miguel, já foram implementadas grandes áreas, sem que houvesse a legislação que agora existe.

Efectivamente, pensamos que esta regulamentação vem colmatar a brecha existente no nosso dispositivo legal em relação à instalação de grandes áreas comerciais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins para uma intervenção.

Deputado Manuel António Martins (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Aproveitando este assunto das grandes áreas comerciais, eu gostaria de relembrar à Câmara que tal como o assunto das bacias hidrográficas e as vias terrestres, todos nós nos esquecemos do sector agrícola.

É preciso ver que o sector agrícola tem um papel muito importante, quer a nível da Federação, quer a nível da Associação Agrícola que tem já uma dimensão considerável dentro da ilha e da Região, pelas suas responsabilidades e pelo seu posicionamento como parceiro social dentro da concertação social.

Os europeus são os primeiros a reconhecer o valor que a concertação social tem, bem como o seu papel hoje em dia dentro da sociedade.

Infelizmente, nós nesta Casa, continuamos a esquecer, sucessivamente, quem tem direito a pronunciar-se sobre tais assuntos, como é o caso das grandes áreas comerciais, das bacias hidrográficas e as vias terrestres.

Eu gostaria de ler, enquanto tiver tempo, algumas coisas sobre isto:

O peso do sector agrícola na economia dos Açores deve ser avaliado não só com base nos indicadores directos das produções do sector, mas também em função dos efeitos, a montante e a jusante, desse sector.

Com efeito, a Indústria dos Açores está em grande parte dependente do sector primário. Trata-se da indústria dos compostos para alimentação de animais, da indústria de lacticínios agro-industriais.

A importância da Agricultura também se reflecte no sector de serviços, designadamente na área comercial e na área financeira e cujo equilíbrio depende muito da saúde financeira do sector primário.

Os Açores têm uma economia altamente dependente do sector primário, a Agricultura e a Agro-Pecuária.

O sector secundário, e salvo algumas excepções, ou seja, produção de energia eléctrica e construção, altamente dependentes também do sector primário, mas com um peso comparativamente pequeno na formação de riqueza e na criação de emprego.

Presidente: Ó Sr. Deputado, como sabe, eu sou uma pessoa que gosto sempre de dar o benefício da dúvida e o Regimento deve estar ao nosso serviço e não a gente ao serviço do Regimento.

Gostaria de chamar a atenção do Sr. Deputado para o facto de estarmos a discutir, na generalidade, um diploma que trata das grandes áreas de superfície comerciais.

Portanto, admito que seja um preâmbulo, mas agradecia que o Sr. Deputado fosse introduzindo as questões que se referem a este diploma, sob pena de nos desviarmos completamente dele.

Posto isto, o Sr. Deputado faça o favor de continuar.

O Orador: Eu iria relembrar a importância que o sector da agricultura tem.

Pronto, eu vou acabar embora tivesse imensa coisa para dizer.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Diga, diga!

O Orador: Tenha calma.

A evolução sectorial sugere que contrariamente ao que aconteceu noutras economias, os Açores estão a passar de uma economia baseada fundamentalmente na

Agricultura, para uma economia com uma forte componente de serviços, sem nunca ter tido um sector secundário muito significativo.

Esse sector nunca atingiu nos Açores a importância relativa que assumiu na generalidade dos países desenvolvidos.

Trata-se duma situação que pode suscitar algumas preocupações, na medida em que se deve questionar até que ponto é que o sector terciário é sustentado por uma base no sector primário e no sector secundário.

Faço aqui um parêntesis para relembrar as consequências do emprego que existem no sector secundário e no sector terciário.

Para terminar, penso que não podemos deixar de fazer referência ao relatório da 1ª fase do estudo que a "Monitor Company" liderada por Michael Porter está a fazer sobre a competitividade de Portugal.

Nesses estudos são identificados os "clusters" regionais que em Portugal apresentam maiores potencialidades para desenvolver a competitividade.

Para os Açores, o "cluster" identificado é o dos lacticínios.

Outros argumentos, para além dos que resultam da metodologia de Michael Porter, podem ser apontados para demonstrar a importância da produção de leite nos Açores, não só em retrospectiva, mas também em prospectiva.

Não podemos é aceitar o fatalismo dos defensores da teoria dos ciclos da actividade económica nos Açores. Eles existiram, poderão voltar a existir, mas não têm de repetir nos mesmos moldes do passado.

Gostaria ainda de lembrar aos Srs. Deputados que assuntos tão delicados que ultimamente têm sido levados às Comissões desta Casa - principalmente à Comissão de Economia, Finanças e Plano - têm sido esquecidos, bem como os agricultores e as organizações que já têm um papel muito importante no âmbito da concertação social.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Machado para uma intervenção na generalidade.

Deputado Mário Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente a Proposta de Decreto Legislativo Regional, com as adaptações entretanto introduzidas na

Comissão de Economia e Finanças, por considerar que a presente Proposta tem um mérito não só de esclarecer alguns circuitos processuais, como também permitir que haja determinado controle por parte das entidades intervenientes no seu licenciamento.

Por considerar também, em segundo lugar, que tal como se diz no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 288/92, de 20 de Novembro, a consolidação da União Europeia constitui um desafio à capacidade de modernização da economia portuguesa em todas as áreas de actividade, desafio este que esta proposta de diploma, na sua apreciação na generalidade, vem confirmar e acentuar.

Em terceiro lugar, porque jáurgia e era já por demais evidente, a necessidade de algo ser legislado sobre esta matéria, mesmo sendo um pouco duvidoso considerar se se poderá coarctar a possibilidade de outros agentes privados concorrerem no mesmo pé de igualdade em que outros outrora o fizeram.

Um aparte muito pessoal, que já ultrapassa um pouco este âmbito, sob a forma de pergunta ao Sr. Secretário, ou seja, se subscreveu, na íntegra, a posição do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, quando afirmou aqui nesta Sala, aliás profundamente divulgado na comunicação social também, que os ditos senhores das grandes superfícies se arvoravam em defensores da economia regional.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de abordar alguns aspectos de ordem geral, uma vez que ainda se está a fazer a apreciação na generalidade ao diploma em apreço e fazer uma ligeira abordagem a alguns aspectos que são considerados fundamentais em relação a esta Proposta.

Pensamos que a mesma, não obstante poderem haver outros pontos de vista sobre o facto da mesma pecar por já vir numa forma tardia, mas tarde é o que nunca se faz. De qualquer maneira, este diploma tem a virtude de vir numa vez por todas e numa

forma clara, regulamentar uma área para a qual, numa forma geral, ainda não tinha havido a preocupação ou a particularidade de legislar sobre a mesma.

Parece-nos, assim, que a mesma tem um enquadramento completo no DLR N° 19/93, em termos do procedimento do licenciamento comercial de obras, regulando assim, toda a intervenção da administração pública regional, para além de ter como objectivo sujeitar o próprio processo de instalação, ratificação do Governo e bem assim, regular as várias intervenções departamentais do próprio Governo.

Não se proíbe, de modo algum, a existência de estabelecimentos comerciais com áreas superiores ao proposto. Contudo, sujeita-se somente as mesmas, a um especial processo de instalação.

Isso de alguma forma anula as preocupações aqui expressas pelo Sr. Deputado Mário Machado em relação a eventuais interessados nas grandes superfícies, porque as regras do jogo ficam aqui rigorosamente balizadas e há sempre um processo de instalação especial.

Portanto, não há uma interdição, porque esses valores dessas áreas são os valores mínimos.

Obriga ao pedido de intervenção prévia às Câmaras Municipais que, caso sejam positivas na resposta, serão sempre gratificadas pelo Governo, tendo em conta as condições referentes, inclusivamente à vertente económica. E daqui poder-se-á decidir, depois, o processo de licenciamento das obras.

Finalmente, tem também enquadramento no próprio programa do Governo, no que se refere à reformulação das normas que disciplinam todo o licenciamento da actividade comercial.

Teve-se em conta também, uma auscultação séria e rigorosa, neste caso à Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, porque é ela o parceiro social directamente envolvido nesta área; teve-se em conta também uma auscultação profunda a todas as Câmaras da Região; e teve-se em conta também, uma auscultação à própria Associação de Consumidores da Região.

Pensamos, assim, que esta Proposta irá dar um significativo passo e contributo para as preocupações mais recentes dos nossos pequenos comerciantes, para o quais

poderá este diploma proporcionar uma série de inovações para que os mesmos se preparem em relação ao futuro.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para uma intervenção na generalidade.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para dizer que a bancada do Partido Social Democrata vai assumir as propostas da Comissão.

O Sr. Secretário já deu indicação de todas as matérias constantes do diploma que obviamente havia que adaptar à Região.

Há apenas que realçar, atendendo à nossa dimensão, e salvaguardar áreas mínimas ou máximas que previssem a instalação desses estabelecimentos.

Evidentemente que nós aqui temos um espaço regional mais diminuto e, portanto, os valores que apareciam no decreto nacional, tiveram que ser reduzidos.

Também em matéria de vistorias e em matéria de cadastro, havia que regulamentar toda essa matéria, porque havia já legislação regional existente.

Permitam-me V. Exas. que diga, em resposta ao Sr. Deputado Manuel António Martins, com a máxima consideração e respeito que tenho por ele, uma vez que fez referência à Comissão de Economia, Finanças e Plano no sentido de que entendi alguma crítica por não ter sido ouvida a Associação Agrícola em relação a esta matéria.

Com o devido respeito, devo dizer-lhe que em matéria de instalação de grandes áreas de superfícies comerciais, eu entendi - e penso que comigo entendeu unanimemente a Comissão, pois não vi nenhum Sr. Deputado lá lembrar-se sequer de pedir pareceres - que não se devia pedir pareceres à Associação Agrícola para qualquer coisa que diz respeito às grandes áreas comerciais.

É óbvio que se nós pensássemos que a Associação Agrícola poderia, eventualmente, ter aqui alguma palavra a dizer, não teríamos o mínimo problema em pedir.

Entendemos que realmente esta não era uma matéria que interessasse directamente à Associação Agrícola.

Por essa ordem de razões, poderia interessar ao Sindicato dos Empregados de Escritório, ou ao SITAVA, ou outros sindicatos.

Aliás, penso que também é um pouquinho injusto da parte do Sr. Deputado - e digo-lhe também com todo o respeito - porque esta Comissão, quando a Associação Agrícola nos solicitou, estivemos presentes, ainda há poucos dias.

Em relação ao outro diploma que está agendado, numa parte, que é o das vias de comunicação, quando se entrar numa outra matéria que há-de vir, posteriormente, a completar toda essa legislação, se nós entendermos e talvez aí haja já algum entendimento de que seja necessário ouvir-se não só a sua Associação Agrícola como todas as outras Associações Agrícolas da Região, nós pediremos o parecer.

E para completar, quero dizer-lhe que temos sempre em consideração as Associações Agrícolas. Devem ter recebido, por exemplo, um pedido para todas as Associações Agrícolas, sobre os seguros de colheita, porque entendemos que essa era uma matéria que lhes interessava directamente.

Era só isto que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ouvimos com muita atenção a discussão desta Proposta, tínhamos e temos a nossa posição formada sobre a matéria, de qualquer modo também somos sensíveis às considerações feitas pelo Sr. Deputado Independente em relação a esta matéria.

Não quero com isto dizer que entenda que fosse obrigatório a Comissão de Economia ouvir esta ou aquela associação por imperativo legal.

Porém, é prática, pelo menos nalgumas das nossas Comissões, procurarmos ouvir todas as entidades que têm a ver com as matérias em discussão.

E penso que muitas vezes a audição das entidades que têm a ver com as matérias discutidas, contribuem para fundamentar ou até aportar concepções ligeiramente diferentes que enriquecem os nossos documentos.

Portanto, em nosso entender, tudo o que possa vir enriquecer os documentos que aqui chegam, é positivo.

Eu não vou discutir esses aspectos, até porque já ouvi as razões por que o Sr. Presidente da Comissão não ouviu as entidades ligadas à Agricultura, e nós respeitamos aquilo que foi dito por ele. No entanto, não vemos aqui no documento da Comissão qualquer referência a alguma audição efectuada em relação a esta matéria.

O Sr. Secretário Regional disse que o Governo auscultou para a elaboração do documento uma série de entidades. E só temos que reconhecer aqui que é positiva e como é louvável esta atitude que foi feita em relação a esse trabalho. Mas isso não impediria que a Assembleia, através da sua Comissão, também ouvisse entidades, entre as quais aquelas que depois de darem a sua opinião para a feitura, têm o direito de darem a sua opinião relativamente àquilo que foi feito. Muitas vezes e até normalmente, esperamos, com base nas suas opiniões.

E a nossa pergunta é muito clara em relação à Comissão:

Gostaríamos de saber se efectivamente foram ouvidas as entidades e se a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, em concreto, foi ouvida em relação a esta matéria e se deu parecer.

Fazemos esta pergunta, uma vez que não existe no relatório qualquer parecer de qualquer entidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Machado para uma segunda intervenção.

Deputado Mário Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É apenas para um pequeno esclarecimento. Ou seja, para dizer ao Sr. Deputado Victor Evaristo, na qualidade de Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano, que se à primeira vista parece descabido a pretensão do Sr. Deputado Independente, no sentido da Associação Agrícola de S. Miguel ou outras serem ouvidas quanto a um diploma que não parecia ser daquela área, gostaria de referir que uma associação agrícola que se preze, deve ter o máximo de atenção e acompanhamento possível, quanto a um diploma que envolve o sector terciário, na medida em que lhe poderá, a jusante e talvez em algumas circunstâncias a montante, provocar algumas alterações no seu próprio sector.

Mas também para além desta primeira apreciação, gostaria de dizer que menos de 24 horas após uma reunião havida com a Comissão de Economia, Finanças e Plano e um grupo alargado de lavradores associados daquela Associação Agrícola, por proposta minha que foi feita ao Sr. Presidente da Comissão de Economia, havia uma proposta para se ouvir - quanto ao diploma das vias de comunicação - daquela Associação. E o Sr. Deputado, usando aquela faculdade que lhe assiste como presidente de um voto de qualidade, votou contra essa audição, mesmo estando presente um deputado da sua bancada que votou favoravelmente esta minha proposta. Dando azo a que esta Associação Agrícola, na discussão deste diploma muito brevemente a ser feita aqui, possa tirar ilações de desrespeito para com a sociedade civil, por parte de toda a sua bancada quando não foi toda, mas sim por parte do presidente que usou o voto de qualidade, rejeitando essa minha proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins para uma segunda intervenção.

Deputado Manuel António Martins (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que o que está em causa não é a Associação nem a Federação nem as organizações, não é a simpatia ou a "cor" das pessoas, porque nós fomos eleitos democraticamente.

O problema que se põe é a falta de respeito pelo sector. E tenho aqui um documento da responsabilidade do Governo que diz o seguinte:

"A economia açoriana é profundamente dependente da actividade agrícola e pecuária e no seu conjunto, representa cerca de 34% do Produto Interno Bruto, empregando mais de 30% da população activa total".

Eu não vou ler mais. No entanto quero frisar que isto é um documento do Governo, da responsabilidade duma Secretaria, não é meu.

Portanto, quando eu levanto a questão da falta do respeito, não quero dirigir-me aos directores ou à organização X ou Y, nem tão pouco em devido à simpatia, pois foram eleitos democraticamente. É sim pela realidade económica que retratei na minha intervenção anterior e passando por esta agora, em relação ao sector agrícola. Este sector merece ser mais respeitado nesta Casa e não só em vésperas de eleições, atendendo ao peso que ele representa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu, infelizmente, vejo-me obrigado a intervir, apesar de estarmos aqui a apreciar na generalidade um diploma que tem a ver mais com aquilo que se costuma designar por "hipermercados", e é óbvio que sobre essas matérias deve ser ouvida a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

Sobre matérias directamente ligadas ao sector agrícola, devem respeitar à Federação e às Associações Agrícolas. Lamento ter que intervir sobre esta matéria.

Ouvi da boca do Sr. Deputado Mário Machado uma grande preocupação com o respeito pelas organizações. E digo isto, porque tive oportunidade, em sede de Comissão, de ouvir do Sr. Deputado, tristes referências aos agricultores e aos lavradores desta Região, quando propos algumas alterações a bem dos produtores, dizendo que não tinha "vaqueiros em casa" e, como tal, não tinha quaisquer preocupações sobre aquelas matérias.

(Apartes inaudíveis do Deputado Mário Machado)

O Orador: Aliás, voltou a referir em situações semelhantes, que não estava ali para "aturar os labregos".

É essa falta de respeito que eu quero denunciar aqui e quero dizer que pelo facto de eu trabalhar com um determinado sector, de modo algum, dá-me a liberdade de deixar de respeitar um empresário comercial ou industrial. Porque se eu quero ver respeitado um agricultor como empresário agrícola, tenho obrigação de respeitar todos os restantes empresários da nossa Região e de qualquer outra.

É esse o registo que aqui faço, porque eu não gosto nem posso aceitar demagogia, com base em assuntos nos quais eu tenho estado envolvido e farei tudo para sensibilizar os colegas da minha bancada e todos os restantes, na defesa daquilo que for possível, em prol dos produtores desta Região.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Victor Evaristo (PSD): Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não esperava ter que voltar a falar sobre este assunto, porque depois de ouvir o Sr. Deputado Mário Machado, a questão começa a tornar-se-me desagradável.

Eu não consegui perceber o que é o Sr. Deputado Mário Machado entende por "montante e jusante" de hipermercados em relação à Associação Agrícola.

Não sei se V. Ex^a. quer colocar a Associação Agrícola **a montante ou a jusante** dum hipermercado. Mas talvez lá fora, há-de explicar-me isto, porque a gente aqui não deve com certeza entender-se.

Mas independentemente disso, quero dizer-lhe que tive o cuidado, depois de ter visto na proposta do Governo que tinham sido ouvidas as Câmaras, a Associação dos Consumidores e a Câmara do Comércio, de saber dos pareceres que existiam. E depois de ter conversado com o Sr. Director Regional do Comércio sobre esta matéria, ele disse-me que todos os pareceres tinham sido favoráveis à proposta do Governo.

Portanto, das duas uma: ou eu, como presidente da Comissão, iria utilizar o esquema - se V. Exas. me permitem - de "entortar a perna à rã", que pelos vistos é uma coisa que V. Ex^a. gosta imenso, ou então voltar a pedir os mesmos pareceres às mesmas entidades, cujas respostas eu já sabia.

Oh Sr. Deputado, as Câmaras não me iam dizer de certeza o contrário do que já tinham dito à Secretaria, nem a Câmara do Comércio nem a Associação dos Consumidores.

Por isso, entendeu-se que se estava em condições, única e exclusivamente, de adaptar o diploma à Região e parece - e continua a parecer-me - que não tem uma grande dificuldade.

Há, por outro lado, qualquer coisa aí de inoportuno ou despropositado no que o Sr. Deputado veio aqui dizer, procurando talvez (eu penso que duma maneira ingénua!) meter-me à guerra com a Associação.

Quando eu aqui disse há pouco por que razão entendi que não devia pedir o parecer à Associação Agrícola em matéria de **instalação de superfícies comerciais**, entenda-se uma área física a instalar nada mais do que isto, tive o cuidado de adiantar, porque merece respeito o Sr. Deputado Manuel António Martins e nomeadamente o sector da actividade que ele representa, de o elucidar das razões por que não pedi aqui parecer algum, tive o cuidado de pedir para outros diplomas - o caso do "Seguro Agrícola" - e adiantei-lhe que em relação ao próprio Estatuto das Vias de Comunicação - e foi eu que o disse, mas o Sr. Deputado, **maldosamente**, já estava a trocar "os pés pelas mãos", mas comigo é muito difícil fazer isso, fica já a saber! - embora esse assunto tivesse sido debatido na Comissão, referi que em relação à definição das normas gerais do Estatuto, não via necessidade de consultar a Associação Agrícola para a mesma dizer se determinada estrada deve ser uma via rápida, se deve ser uma estrada regional.

No entanto, eu disse-lhe e repito, que quando se entrasse, mais tarde, e o Governo mandasse a Proposta de Decreto Legislativo Regional para apreciação das características técnicas das vias e a sua classificação em concreto, aí sim, havia necessidade talvez, de se ouvir as associações agrícolas, não só de S. Miguel.

E o Sr. Deputado não sabe por que é que eu disse, porque eu não sou obrigado a dizer tudo o que sei, porque isso resultou de conversas minhas com a própria Comissão que está a fazer a classificação das vias, que me fez referência de que nalguns casos haveria necessidade de falar com os lavradores, nomeadamente indo abaixo das Câmaras Municipais e das próprias Juntas de Freguesia.

Por isso é que eu entendi que nessa altura, sim, para esse diploma, não para este.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Mas o Sr. Deputado, maldosamente, já estava a querer meter-me ao barulho!

Já vem dizer que eu votei, usando o meu voto de qualidade!

O Sr. Deputado fica a saber duas coisas:

A primeira é que eu usarei o meu voto de qualidade **sempre que o entender e a minha consciência me disser que eu devo votar assim!**

E, em segundo lugar, não preciso que o Sr. Deputado venha aqui atirar-me isso á cara, porque foi isso que o Sr. Deputado quis fazer!

Eu votarei sempre quando entender que em consciência devo usar esse meu direito de voto - isto está esclarecido!

Presidente: O Sr. Deputado Mário Machado pretende a palavra para?

Deputado Mário Machado (PS): Sr. Presidente, é para prestar esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito. Dispõe de 3 minutos, Sr. Deputado.

Deputado Mário Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de solicitar ao Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano que me dissesse onde é que, no relato da acta, constam as afirmações proferidas aqui pelo Sr. Deputado António Almeida.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Gostaria também de dizer que discuti o diploma e é óbvio que durante discussões que levam dias e horas, alguns apartes "off record" sejam proferidos, muitas vezes são feitos para exemplificar algumas situações entretanto vividas e que não deixam de ser caricatas.

É óbvio que naquele sector e não só nesse, existem pessoas idóneas, prestigiadas, de reconhecido nome, mas também existem pessoas que não são assim e é bom que se diga, porque lá pelo facto do sector ser importante, eleitoralmente, não estou disposto a aceitar a "ditadura da vaca" em tudo aquilo que for entendido por todos os lavradores, algumas vezes inconscientemente, e pretendido!

E se é verdade que existem pessoas de idoneidade reconhecida, é verdade que existem "labregos" e "desordeiros" e até algumas pessoas sem carácter que, muitas vezes, não sabem interpretar aquilo que ouvem.

Por outro lado, relativamente ao Sr. Presidente da Comissão, gostaria também de dizer-lhe que tal como os seus pareceres são pagos, os meus também o serão quanto a montante e a jusante. Faz parte daquilo que sei e também não estou na disposição, tal como o Sr. Deputado, de dizer-lhe tudo o que sei.

Gostaria ainda de dizer que não foi maldosamente, porque tive o cuidado de lhe explicar o motivo da proposta de audição da Associação Agrícola.

Disse-lhe que o facto de estar aqui metido neste diploma e de estar a perceber melhor este diploma e de não querer "chatices" com a Associação Agrícola - permitam-me o termo - e mais ainda:

Porque ontem, V. Ex^a. disse "montanhas" de vezes, repetiu outras tantas, porque estava receoso quanto à atitude que teriam...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu já termino.

O Sr. Deputado estava sempre a dizer: - "O Governo não vai prejudicar!"; "A gente vai ouvir os senhores!" - o Sr. Deputado disse isto... **dezanove vezes!**

E porque nós queríamos evitar que amanhã pudesse cair sobre a Comissão acusações de não termos sido ouvidos por parte da Associação Agrícola de S. Miguel, é que eu propus e até disse o porquê.

E foi tão bem compreendido que até um deputado social-democrata, ligado ao sector da agricultura e da lavoura, decidiu votar favoravelmente a minha proposta. Portanto, ela não estava descabida de todo.

O Sr. Deputado, porém, utilizou - e muito bem, pois assume os seus actos - o voto de qualidade, mas assumo-o. Votou, optando pelo voto de qualidade - muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma intervenção na generalidade.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Gostaria apenas de introduzir alguns elementos de reflexão sobre a questão - e já não é a primeira vez que é polémica - do princípio e do âmbito das auscultações.

E partindo do princípio de alguma subjectividade destas matérias, aliás basta ter presente, inclusivamente, a falta de cooperação de algumas das entidades que são solicitadas a darem parecer sobre as matérias. Por exemplo, uma recente, relaciona-se com o diploma que ainda há pouco acabámos de ver e que envolvia o regulamento de segurança contra incêndios em estabelecimentos comerciais da Região, cuja Comissão competente desta Assembleia solicitou parecer à Câmara do Comércio e

Indústria dos Açores que não utilizou o tempo que lhe foi determinado, para dar parecer sobre uma questão que tinha interesse específico e não o utilizou.

Eu queria dar um contributo no sentido de considerar perfeitamente razoável a questão levantada pelo Sr. Deputado Independente, sobre uma eventual auscultação desta Assembleia à Federação Agrícola dos Açores, ou à entidade representativa do sector, sobre esta matéria.

E porquê?

É óbvio que se trata duma associação de produtores. E como tal, tem interesse especial em toda a questão que envolva os circuitos de distribuição.

De resto, basta ter presente histórias recentes que ocorrem a nível nacional e que nos são transmitidas pela RTP portuguesa, da reacção de associações de produtores específicas e da atribuição de responsabilidades que são feitas por parte das associações, em relação às grandes superfícies e às crises que afectam os respectivos sectores.

É o caso das associações de fruticultores e doutras áreas específicas que todos nós sabemos, cujos circuitos de distribuição estão altamente condicionados às redes existentes. E as grandes superfícies, nesse domínio, exercem um controle impiedoso sobre os circuitos, sobre os preços, sobre os prazos de pagamento.

Portanto, quem é que está em primeira linha interessado nessas situações?

São, de facto, os consumidores, mas são sobretudo os produtores.

E eu pergunto:

O que é que se produz nos Açores que se coloca numa grande superfície e que não são predominantemente produtos do sector primário?

Qual é o papel da Câmara do Comércio? Representa a concorrência e os comerciantes. Não representa os produtores, a não ser na parte industrial. Mas mesmo nesta parte, como a nossa indústria é sobretudo na área e na linha do sector primário, tem a ver com os produtores agrícolas.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, serenamente e admitindo a subjectividade destas matérias, julgo que há total legitimidade das intervenções feitas pelos colegas que me antecederam, na óptica e na defesa de que as Associações Agrícolas ou quem

as representa, tinham papel a desempenhar nessa matéria, tal como as Associações de Consumidores, tal como a Câmara do Comércio e Indústria.

E em termos de repercussões, repito, não sei se eles não têm interesses mais específicos do que alguns dos outros que aqui referimos. Daí o melindre da matéria e daí o facto do Governo agora aparecer com esse diploma, e como já aqui foi dito pelo Sr. Deputado Mário Machado, lamentavelmente situações do passado que já existiram e que estão consumadas, não passaram por esses "crivos", porque que eu saiba, nos Açores só temos duas grandes superfícies.

Esta era uma pergunta que eu queria fazer ao Sr. Secretário, no sentido de saber quantas unidades satisfazem esses requisitos mínimos de serem consideradas grandes superfícies, aqui nos Açores?

Portanto, esta situação que também afecta a concorrência, tem a ver com alguma filosofia para o sector, mas queria deixar claro este depoimento, ou seja, de que as Associações Agrícolas bem como as Associações de Produtores têm total legitimidade de terem palavra sobre essa matéria, irão sofrer consequências se a política for uma ou for outra.

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Victor Evaristo (PSD): Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

À medida que esta discussão generalizada sobre o diploma se está a fazer, eu vou ficando cada vez mais abismado.

Esta última do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, de querer defender a "toute force", o pedido que a Comissão deveria ter feito à Associação Agrícola, é realmente de espantar! Porque na verdade, as duas grandes superfícies comerciais existentes nos Açores, sofrem uma enorme influência dos circuitos de distribuição provocados pelas Associações da Lavoura.

Quem se "prantar" todos os dias à entrada destas superfícies comerciais, vê (de manhã e à tarde) os produtores agrícolas com as suas bilhas, entregarem lá nos hipermercados, o leite que recolhem das vacas, o que perturba imenso o trânsito - como V. Ex^a. deve compreender.

Portanto, talvez por isso, é que era possível a gente saber onde é que se deviam localizar - fisicamente - essas superfícies, para não baralhar o circuito de entrega, de manhã e à noite, nestes "hipers".

Se é por isso, eu peço imensa desculpa a V. Ex^a. Sr. Deputado, porque aí, então reconheço que a Comissão devia ter pedido parecer.

Ora, tanto quanto se me afiguram, e aí o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro terá alguma razão, embora a tenha apresentado sob esta forma melíflua e habitual como ele apresenta as coisas...

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Muito obrigado.

O Orador: Não tem nada que agradecer, Sr. Deputado!

É que na realidade, se se vendem queijos... pois vende-se em grande quantidade e Deus queira que se venda mais.

Se se vende manteiga... ah pois vende-se em grande quantidade!

Mas que eu saiba, não são directamente os srs.. lavradores que vão entregar o queijo e a manteiga produzidos nas suas casas, a essas superfícies comerciais.

Portanto, vai daí eu continuar a não perceber porque é que se devia pedir este parecer. Fico realmente estupefacto. Mas se me fizerem acreditar, não com estes argumentos mas com outros que me convençam, o Sr. Deputado pode crer que quando voltar a esta Comissão um diploma que me diga efectivamente coisas deste género que em princípio nada têm a ver com a lavoura, pois eu ficarei convencido.

Porém, também quero dizer ao Sr. Deputado Manuel António que a Comissão não é só constituída por mim, mas sim por doze deputados ou treze, salvo erro. E nenhum deputado, nem desta nem daquela bancada (do Partido Socialista) - e quanto a mim muito bem - se lembrou de que estaríamos a ofender a Associação Agrícola ou a passar-lhe por cima.

Pensámos que a matéria era tão restrita, porque dizia apenas respeito à instalação de grandes áreas de comércio, por isso entendemos que não era de pedir nenhum parecer à Associação Agrícola.

Foi só por isso - V. Ex^a. fica a saber - que não foi pedido parecer. Não foi por mais razão nenhuma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Vou procurar, muito sinteticamente, pedir um esclarecimento e gostaria de ser esclarecido.

Para pedir o esclarecimento, tenho que começar por recordar o que diz o nº1 do Artigo 140º do Regimento que é do seguinte teor:

"O parecer das Comissões deve ser devidamente fundamentado e procurará habilitar o plenário, em extensão e profundidade, com o máximo de elementos que permitam uma criteriosa apreciação do problema".

O Sr. Secretário Regional disse e muito bem, que tem ouvido as entidades competentes para fazer o seu diploma.

Que essas opiniões tenham sido devidamente consideradas, muito bem.

Mas isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não impediria nem era limitativo, a que este plenário tivesse conhecimento efectivo dos pareceres das entidades que têm a ver com esta matéria, para se poder ter os mesmos presentes para análise.

Se bem percebi, diz o Sr. Presidente da Comissão que sabia que o parecer ia ser positivo.

Eu, pessoalmente, e desculpem-me os Srs. Deputados, não me interessa saber o que ele sabia. Eu como membro deste plenário, tenho o direito de saber o que é que se passa.

Por isso, no direito que este Regimento impõe ao Sr. como presidente da Comissão fazer, é nesse direito que eu exijo ter perante mim, neste momento e antes da votação, os pareceres destas entidades que o Sr. Deputado Victor Evaristo conhece e que eu não conheço.

E é exactamente porque o Sr. Deputado os conhece e eu não conheço, que eu penso que tenho este direito!

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Manuel António Martins pretende a palavra para?

Deputado Manuel António Martins (Indep.): É para prestar um último esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel António Martins (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O que está em causa aqui não é a Associação Agrícola, mas sim os produtores.

Em segundo lugar, penso que não é preciso estar muito informado nem é preciso perceber muito de agricultura, para se estar ciente ou sensibilizado para os circuitos de distribuição que se fazem na Europa.

Portanto, a falta de acuidade por parte da Comissão no sentido de ouvir os produtores, foi um erro crasso e contínuo. E digo contínuo, porque há assuntos paralelos a este, sobre os quais a Associação, devido à sua dimensão e à sua realidade, devia ser ouvida, independentemente da simpatia e da "cor" das pessoas que lá estão.

É importante que isto fique bem claro, porque as pessoas que estão lá, têm o mesmo direito que nós todos.

E os produtores não podem ficar lesados por determinadas circunstâncias, quando se trata de assuntos de fundo e com tamanha delicadeza como é este caso, deixando de ouvi-los e privando-os de esboçarem as suas preocupações e problemas em relação ao futuro. Até porque, como já foi dito aqui, muitas destas organizações - a Federação, a Associação e outras - já têm alguma experiência que poderia ajudar para contribuir para este assunto, neste momento.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para prestar esclarecimentos.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu costumo ser um homem prudente e pensei uma vez ou duas se devia intervir sobre esta matéria. E cometi o risco de o fazer. Mas realmente nunca me lembrei que o Sr. Deputado Victor Evaristo estava envolvido neste assunto. E, como de costume, o Sr. Deputado fica "estupefacto"!

Quer dizer, desta vez, e como Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano, ficou estupefacto perante a definição duma associação agrícola, como perante uma associação de produtores.

E o Sr. Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano só consegue descortinar numa associação de produtores... leite e vacas e queijo de cabra talvez! - não vai além disso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É lamentável que num esforço, julgo que modesto, mas - admitam! - com a intenção de ser útil, de se reflectir algo sobre uma questão que está no centro até da crise que passa por alguns sectores da economia deste País e, nomeadamente pelo sector primário nas suas diversas vertentes e que está intimamente relacionado com as alterações nos circuitos de distribuição, bem como com o monopólio (entre aspas) introduzido pelas grandes superfícies. E que nos Açores, louvavelmente, há uma atitude do Governo no sentido de estabelecer regras de fixar controlos à evolução dessa matéria, aliás com reacções já a nível social e a nível do comércio.

É lamentável, dizia, que o Sr. Presidente da Comissão, Sr. Deputado Victor Evaristo, não tenha feito um esforço para ver um pouco além daquela visão restritiva que ele aqui apresentou.

Possivelmente, "a areia é demasiada para aquela camioneta", mas devemos todos contribuir, e foi nesse sentido que eu aqui referi, e o máximo que eu aqui disse, o meu maior "crime", foi opinar as questões aqui referidas pelo Sr. Deputado Independente e por outros Srs. Deputados, porque me pareceram razoáveis...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: ... e continuo a afirmar aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que me parece que se houve algum mérito nesta troca de impressões que envolveu aqui esta discussão sobre as auscultações, é o de que a Assembleia Regional deve sempre fazer um esforço para auscultar da forma mais ampla possível e aqui neste caso tinha sido possível e desejável chegar às associações de produtores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para prestar esclarecimentos.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Isto, realmente, começa a tornar-se maior do que a própria adaptação ao diploma nacional.

Também, eu por mais esforço que faça, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, não consigo compreender o seu esforço!

É natural que "a areia da minha camioneta" não seja do tamanho da sua ou da sua falta de areia, mas isso é outra coisa.

O problema que se põe é este Sr. Deputado:

Se reparar bem, nós estamos a adaptar apenas aqui quatro ou cinco artigos dum outro diploma nacional, que está em vigor na Região. É uma mera adaptação.

Quanto ao âmbito, dizer "não é tão grande, é mais pequeno, porque isto é mais pequeno"!

Quanto ao procedimento que tem que se fazer aqui, que é diferente, porque lá não há Secretarias Regionais disto ou daquilo. Há Ministérios disto ou daquilo.

A vistoria não pode ser feita pela Câmara Municipal de Lisboa, porque nós estamos nos Açores.

E o cadastro? Há o diploma regional para o mesmo.

E aqui tem V. Ex^a. Sr. Deputado a grandiosidade da adaptação deste diploma à Região que como vê, implicaria o pedido às associações todas, para adaptar cinco artigos, porque não é mais do que isto.

Está-se aqui, Sr. Presidente, numa falsa questão há muito tempo. E, portanto, penso que pela minha parte, já chega para não compreender aquilo que é incompreensível de poder perceber, por quem diz aquilo que não deve!

Deputado Jorge Cabral (PSD): E mais nada!

Presidente: O Sr. Deputado Silva Melo tinha pedido a palavra com que finalidade?

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo: Está-se aqui a levantar a questão de parecer muito estranho que se tenha que ouvir os produtores agrícolas na questão dos hipermercados.

Essa questão não parece ser assim tão estranha como isso, porque ainda há não muito tempo aqui, um membro do Governo, mais precisamente o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, a propósito duma intervenção sobre a crise da laranja, foi ele

próprio quem colocou "o dedo na ferida", dizendo que essa crise se devia à existência dos hipermercados.

E chamo a atenção ainda para o seguinte:

Não é tão descabido, como dizia o Sr. Deputado Victor Evaristo fazendo humor com o leite, porque se o Sr. entrar num hipermercado, desde a cenoura francesa ao repolho vindo do continente e outros géneros semelhantes, o Sr. Deputado vai encontrar.

Portanto, não me parece que seja tão descabido como isso ouvir-se as associações de produtores agrícolas sobre os problemas dos hipermercados.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão pretende a palavra para?

Deputado Paulo Valadão (PCP): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu protesto, pelo facto do Sr. Presidente da Comissão não ter explicado aqui à Câmara porque razão é que os tais documentos que o Governo sentiu necessidade de ter para preparar este diploma e que a Assembleia não sentiu necessidade nenhuma, por que razão é que o Sr. Deputado Victor Evaristo conhecia esses documentos - e admitiu isso perante a Câmara - e os outros Deputados não?

Em segundo lugar, protesto pelo facto do Sr. Deputado Victor Evaristo ter procurado fazer crer a esta Assembleia que este documento não tem importância nenhuma, é uma simples adaptação, quando nós todos aqui ressalvamos que para além da adaptação, há coisas importantes. O próprio Sr. Secretário Regional o refere.

É uma regulamentação que nós consideramos que ainda bem que chegou. Aliás, podemos perguntar e eu pergunto ao Sr. Deputado...

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão está protestando.

O Orador: Estou protestando, Sr. Presidente, pelo facto do Sr. Deputado ter dito que isto era uma mera adaptação.

E eu pergunto:

- 1500 m2 para a Terceira e 500 m2 para o Faial, é adaptação de quê?!

Não Sr. Deputado, isto é uma determinação!

Eu protesto pelo facto de não termos aqui as opiniões de diversas entidades. E isto é fundamental para o trabalho desta Câmara e é obrigação da própria Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para um contraprotesto.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

V. Ex^a. tem muito a mania de dizer a mesma coisa por várias palavras, por várias vezes - já todos sabemos isso!

Faz a intervenção na generalidade, na especialidade e faz a declaração de voto, exactamente dizendo a mesma coisa por palavras diferentes e também já todos percebemos isso.

O Sr. tem que gastar o seu tempo, também com isso estamos todos de acordo.

Agora o que não pode fazer é massacrar a gente.

O Sr. mencionou o Artigo 140º do Regimento, para dizer que os pareceres das Comissões devem ser devidamente fundamentados e procurarão habilitar o plenário etc.

Quem tem que se habilitar primeiro, Sr. Deputado, é a Comissão, porque é ela que está a trabalhar o diploma.

E se a Comissão se sentiu esclarecida e habilitada - e o Sr. Deputado Mário Machado não coce a cabeça, porque o Sr. esteve lá e, pelos vistos também não precisou de pedir pareceres a ninguém...

(Apartes inaudíveis do Deputado Mário Machado)

O Orador: Não estamos a discutir o diploma das Vias de Comunicação Terrestre, estamos a discutir este!

O Sr. Deputado não salte já lá para a frente, porque a gente quando chegar lá amanhã, já trataremos do assunto.

Deputado Mário Machado (PS): Tenha calma, Sr. Deputado. Não sei porque é que o Sr. fica nervoso!

O Orador: Portanto, quem tem que se esclarecer primeiro, é a própria Comissão!

Deputado Paulo Valadão (PCP): E tem esclarecer o plenário!

O Orador: E a Comissão está tão esclarecida, que não precisou de pedir pareceres!

Estão aqui doze deputados que não pediram, não disseram ao presidente da Comissão para pedir.

E devo dizer-lhe que não é obrigatório. É sim, quando se trata de questões de legislação de trabalho. Aí a Comissão competente promoverá a apreciação do projecto ou proposta elaborado pelas comissões de trabalhadores ou pelas associações sindicais nos termos da Constituição - aí é que é vinculativo. Aqui não é tanto como o Sr. pensa.

É a resposta que o Sr. Deputado tem e vamos ficar por aqui, porque eu já falei demais para cinco artigos.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra novamente, mas eu já não lha posso dar, porque o Sr. Deputado já protestou e o Sr. Deputado Victor Evaristo contraprotestou.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Efectivamente, o Sr. Deputado Victor Evaristo ao vir aqui trocar aquilo que se diz, está ofendendo não o Deputado Paulo Valadão, não o representante do Partido Comunista nesta Câmara, está sim a ofender esta Casa. E isto é merecedor da minha repulsa.

Por outro lado, tanto o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, como o Sr. Deputado Independente e o Sr. Deputado Mário Machado, que não têm nada a ver com o PCP, vieram todos aqui dizer que essa Comissão, relativamente a estas matérias, não aprofundou coisíssima nenhuma!

O nosso Regimento manda aprofundar. E o Sr. vem dizer que só é obrigado a isso, quando se trate de questões sindicais!

Oh Sr. Deputado, V. Ex.^a tem o dever - e ganha para isso - de, conjuntamente com os outros deputados da Comissão, de habilitar este plenário em profundidade. E o Sr.

não o fez desta vez, como não o fez em muitas vezes anteriores e não o fará provavelmente em outras questões futuras!

Deputado Victor Evaristo (PSD): Não faço, só porque o Sr. pensa e quer e exige que eu o faça, fica já a saber isso!

Não lhe dou confiança para isso!

Presidente: Srs. Deputados, penso que este assunto está convenientemente discutido, mais do que discutido.

Já foi aqui várias vezes lembrado que temos uma lei que está em vigor na Região, que apenas estamos a adaptá-la naquilo que ela tem de processual e nalgumas coisas importantes que aqui estão.

Também gostaria de lembrar, para que essa matéria fique definida, que o parecer não é do presidente da Comissão, mas sim da Comissão inteira e é por isso que o mesmo é votado. E é por isso que há pareceres que são votados por maioria e outros que são votados por unanimidade.

Portanto, temos que situar as questões no seu âmbito próprio, para depois também não se cair nesta situação de irmos além daquilo que o próprio Regimento nos obriga. A Comissão tem que habilitar o plenário em extensão e em profundidade e é por isso que esses pareceres são feitos, são submetidos à discussão, são apresentados e são votados.

Não vale a pena pedir às Comissões mais do que aquilo que elas podem dar ou devem dar, segundo aquilo que está no Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro naturalmente para fazer uma interpelação à Mesa.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu peço desculpa, mas houve uma parte da intervenção do Sr. Presidente que eu não ouvi.

Gostaria que o Sr. Presidente me explicasse se a obrigação da Comissão é habilitar o plenário da Assembleia, no seu entendimento e no da Mesa, ou se basta a Comissão habilitar-se a si própria e com isso, dispensar de o fazer perante a Assembleia.

Presidente: Tenho o maior gosto em dar conta ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro daquilo que é o meu entendimento sobre esta matéria.

Há pouco falava-se aqui, ou seja, o Sr. Deputado Paulo Valadão invectivava o Sr. Deputado Victor Evaristo, no sentido de que o mesmo como Presidente da Comissão, não tinha habilitado nem elaborado o relatório desta vez e doutras vezes.

O Sr. Deputado Victor Evaristo dizia que ele não habilitaria nem desta vez nem doutra, em resposta ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

O que se pretende dizer e aquilo que entendi da intervenção do Sr. Deputado Victor Evaristo, foi que o primeiro tempo do parecer duma comissão é que cada deputado estude o documento e aquilo que está à sua volta; o segundo tempo é que a Comissão se entenda, ela própria, sobre aquilo que tem que entender sobre o diploma. E se a Comissão, no seu todo, entende que não é necessário pedir pareceres, é uma responsabilidade da Comissão.

Penso que não está em causa o facto de pedir pareceres. Eu julgo que eles são úteis e apertações importantes.

O que não podemos também é a certa altura, a própria Comissão se demitir das suas obrigações de estudar um diploma e apresentar-nos aqui as conclusões de pareceres dos mais diversos parceiros. E então não é a Comissão que tem o encargo de habilitar o plenário na estrita forma em que o deve fazer, de acordo com o Regimento e a legislação aplicável, mas uma outra coisa qualquer.

Penso que isso é que seria errado, porque não vale a pena termos ilusões: nós estamos com uma legitimidade e não precisamos, constantemente, de perguntar a entidades, associações ou o que quer que seja, sobre a nossa própria legitimidade. Penso que isto é importante.

Portanto, o entendimento que aqui faço é de que, sim senhor, temos que fazer um esforço nas Comissões para que se estudem os assuntos de maneira aprofundada, de forma a habilitar o plenário o melhor possível, o que aliás me parece que dum modo geral tem sido conseguido.

Esta minha intervenção é neste sentido e gostaria que os Srs. Deputados a entendessem como tal. Ou seja, não devemos exigir-nos mais do que é nosso dever, sob perigo de a certa altura pormos em causa a nossa própria legitimidade, enquanto eleitos do Povo desta Região. E isto é que parece que é de realçar e de ressalvar.

Posto isto, e não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria, eu poria à votação este diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, com 27 votos favoráveis do PSD, 15 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e registou 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Srs. Deputados, nós já ultrapassámos a nossa hora em praticamente 20 minutos. Os nossos trabalhos iriam ficar hoje por aqui e retomá-los-emos amanhã, pelas 10 horas e 30 minutos.

A nossa ordem de trabalhos será a parte sobranete do dia de hoje e introduziremos, depois da apreciação na especialidade deste diploma, o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, apresentado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, sobre a Resolução sobre o "Financiamento das Obras da Igreja de Santa Luzia". Depois seguiremos com a nossa ordem de trabalhos e caso este Pedido de Urgência vier a fazer vencimento, esse diploma será discutido em último lugar.

Os nossos trabalhos estão encerrados por hoje. Até amanhã e muito obrigado.

(Eram 20,20 horas).

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - Fátima Oliveira, Rui Luís; **PS** - Fernando Menezes; **PCP** - Paulo Valadão)*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PS** - Carlos César, Ricardo Barros)*

DOCUMENTOS ENTRADOS DURANTE A SESSÃO

Proposta de Resolução

Financiamento da Nova Igreja de Santa Luzia

Igreja Paroquial de Santa Luzia, em Angra do Heroísmo, edificada no século XV, e ampliada ao longo dos tempos, ficou irremediavelmente arruinada com o sismo de 1 de Janeiro de 1980, tal como a totalidade dos templos religiosos existentes naquela Cidade.

No programa de reconstrução, elaborado em conjunto pela Diocese de Angra e a Secretaria Regional de Educação e Cultura, ficou decidido que, dado o estado de ruína da Igreja de Santa Luzia e a sua pobreza arquitectónica, nada se aproveitaria e em seu lugar seria construída uma Nova Igreja com carácter de prioridade, atendendo ao previsível aumento populacional daquela freguesia.

Para tal, o Governo, através da SREC, comprometeu-se a pagar e aprovar o projecto, tendo sido feitos diversos estudos sucessivamente recusados.

Em 1983, e perante as indefinições reinantes, a Comissão Fabriqueira de Santa Luzia, optou pela construção de um templo provisório em terreno cedido pela Câmara Municipal, por dois anos, com uma planta fotocopiada da Igreja Provisória de S. Carlos.

É já em 1985 que a SREC/DRAC envia ao projectista um programa para servir de enquadramento ao projecto, mas que mais tarde é mandado suspender, pela mesma Secretaria, por falta de fundos.

Em 1989, o Governo atribui à Comissão Fabriqueira de Santa Luzia um subsídio de 20 mil contos para início da construção da Nova Igreja.

Em Fevereiro de 1991, o Governo Regional através da SRHOP decidiu que seriam os seus próprios serviços sediados na Terceira a elaborarem o projecto, tendo o respectivo Estudo Prévio sido finalmente aprovado por Despacho do SREC de Abril de 1992.

Entretanto foi decidido fazer a obra em duas fases. Em Setembro de 1991, a Câmara Municipal aprova o projecto definitivo da 1.^a fase (Salas de Catequese e Torre Sineira) e foi dado início às obras, que se encontram já praticamente concluídas.

Finalmente o projecto foi entregue na sua versão final, a 25 de Janeiro de 1993, tendo a aprovação das entidades competentes, ocorrido em Novembro passado.

São pois evidentes e irreversíveis as responsabilidades contraídas pelo Governo Regional, para com a construção da Nova Igreja de Santa Luzia.

São já passados 14 anos sobre o sismo que destruiu esta Igreja Paroquial, cuja construção foi assumida como prioritária.

Todas as outras já foram reconstruídas e construídas.

Impõe-se pois de forma urgente uma definição quanto ao financiamento das obras que ora decorrem. Não é justo, nem politicamente aceitável, nem tecnicamente admissível que a Administração Regional mantenha uma postura de indefinição e ausência de compromissos financeiros quanto à construção da nova Igreja de Santa Luzia.

Por isso, ao abrigo das disposições estatutárias e Regimentais a Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional que, no âmbito das sequelas do sismo de 1980, assuma objectivamente o financiamento da construção da nova Igreja de Santa Luzia de Angra do Heroísmo, promovendo de imediato as acções julgadas adequadas, nomeadamente a inscrição daquele projecto nos Planos Regionais e consequente dotação orçamental.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Março de 1994.

A Representação Parlamentar do CDS/PP, *Alvarino Manuel M. Pinheiro.*

A Redactora de 2ª Classe: *Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré.*

